

POTENCIAL CULTURAL E ECONÔMICO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS REGIONALIZADOS*

CULTURAL AND ECONOMIC POTENTIAL OF REGIONALIZED EDUCATIONAL CONTENT

Karoline de Oliveira Cussolim**
Prof. Dr. Mauricio Andrade Weiss (Orientador)***

RESUMO

Este trabalho buscou analisar o potencial cultural dos materiais educacionais regionais produzidos pela Associação Nova Escola – instituição do terceiro setor voltada para iniciativas de educação sem fins lucrativos – entre os anos de 2021 e 2022 (e que seguem em produção para novos estados do Brasil). Tais materiais foram criados para estados parceiros da empresa como apoio às soluções de defasagem na aprendizagem e, ao longo de sua produção, foram inseridas características de apoio à cultura local das escolas beneficiadas pelos programas estaduais. Portanto, termos linguísticos, imagens locais, exercícios sobre geografia local e textos de produtores locais desses estados estão presentes na avaliação, de modo a discutir seguinte dúvida: como o conteúdo regionalizado pode apoiar iniciativas não apenas educacionais, mas também culturais para essas comunidades? A análise aqui desenvolvida volta-se, em especial, para o prisma do financiamento por meio de políticas públicas de manutenção e conservação das culturas locais de estados do território nacional por meio de materiais físicos ou digitais, como livros. Pessoas responsáveis pela criação dos materiais em questão foram consultadas para expor a visão que têm dos potenciais do material regionalizado, de tal forma que o seu conteúdo, primariamente educacional, pudesse ser entendido como apoio cultural. Como base para estas análises, uma revisão bibliográfica sobre a economia institucional foi realizada para que fosse possível balizar os custos e os potenciais desse material para alcançar a possibilidade de integração e submissão em políticas públicas da cultura.

Palavras-chave: Potencial cultural. Material educacional regionalizado. Economia institucional. Políticas públicas.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the cultural potential of regionalized educational materials produced by Associação Nova Escola - non-profit organization for the educational area - between the years 2021 and 2022 (and which are still being produced for new states in Brazil). Such materials were created for the company's partner states to support learning gaps solutions during the COVID-19 pandemic period, and throughout their production, resources were included to support the local culture of the schools that benefited from state programs. Therefore, linguistic terms, local images, exercises on local geography and texts from local producers from these States are presented in this evaluation, and there is a question as to whether

* Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas, Porto Alegre, maio de 2024.

** Graduada em Letras – Habilitada em Língua e Cultura Portuguesa e Italiana pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Gerente de Processos Editoriais. E-mail: 00349226@ufrgs.br.

*** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Doutor em Economia. E-mail: mauricio.weiss@ufrgs.br.

this content could support not only educational but also cultural initiatives for these communities. This analysis is focused, in particular, on the prism of financing through public policies for the maintenance and conservation of local cultures in states within the national territory through physical or digital materials such as books. People responsible for creating projects and public-school teachers who used it in the classroom were consulted about their vision of the potential of this material, in such a way that its content, mainly educational, could be understood also as a cultural support or not. At the same time, a bibliographical review on institutional economics was carried out so that it was possible to determine the costs and potential of this material to achieve the possibility of integration and submission into public cultural policies.

Keywords: Cultural potential. Regionalized educational content. Institutional economics. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria da Cultura define a economia criativa como as “[...] dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos” (Espírito Santo, [2024]). Tais setores criativos podem ser divididos em três categorias centrais: patrimônio cultural (como museus, paisagens naturais e sítios arqueológicos), criações funcionais (como o *design* e outros serviços criativos) e, por fim, criatividade e mídias (teatro, danças, festivais, livros e imprensa, fotografias, jogos e outras diversas atividades). Ao se falar, portanto, sobre a cultura e sobre o seu potencial econômico, é comum se ignorar a experiência artística e literária como um ponto importante da realidade desse setor, mesmo que elas apareçam em destaque em termos de produção e fruição.

Não obstante, de acordo com Crossick e Kaszynska (2022, p. 51), “[...] um componente-chave do valor é a capacidade da arte e da experiência cultural de ajudarem a formar indivíduos reflexivos”. Tais indivíduos comuns podem se transformar e, munidos da compreensão de si, do engajamento social e de um senso de diversidade da experiência humana, conseguem abordar o setor da economia criativa com mais atenção à sua miríade de possibilidades de alcance de público, conseguindo expandir um produto inicialmente vindo de uma área, como a educação, para muitas outras que possam apoiá-los a crescer, como são os casos da cultura ou da tecnologia – ainda dentro das categorias da economia criativa.

Nesse cenário, quando o tema das políticas públicas culturais é abordado, pensa-se de forma inicial em políticas que apoiem a conservação de patrimônios físicos, como artesanatos, vestimentas e culinárias locais. Entretanto, há também patrimônios físicos no formato de livros que promovem a preservação de hábitos, falas, textos e conhecimentos locais. Eles são ativos culturais, literários, e servem de experiência artística tanto quanto os primeiros patrimônios citados. Esse conteúdo nem sempre pode ser desvinculado de outras áreas políticas que não sejam as econômicas e as culturais, como é o caso da educação e dos materiais educacionais em suas versões didáticas.

Os materiais educacionais, conhecidos como materiais didáticos, são compostos de livros, suplementos literários e recursos visuais utilizados por professores em sua prática pedagógica e por alunos em sua troca diária dentro do contexto escolar, conforme diz o Movimento pela Base (MPB, 2022), responsável por apoiar a criação e a implementação de ações educativas. Esses materiais abarcam todos os componentes estudados ao longo da Educação Básica (considerada, aqui, como Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio), além de materiais para outras áreas e níveis de escolaridade, como as iniciativas

de educação financeira em parceria com instituições do setor e planos de aulas para o componente de Educação Física no Ensino Fundamental II (entre o sexto e o nono anos).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promove regularmente ações de distribuição desses recursos em território nacional, principalmente por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)¹, mas também por outros veículos, como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 1968) garante que as escolas públicas do Brasil usufruam desses recursos por meio de editais de seleção, optando por duas coleções a serem utilizadas na Educação Infantil e outras duas na Educação Básica, anualmente. Os materiais são distribuídos para as escolas e se tornam de uso recomendado para o planejamento e a execução das aulas por parte dos professores desde 1937, quando o programa se tornou ativo no país (Brasil, 1937).

O PNLD apoiou a Educação Básica no Brasil e se instaurou nos processos de grandes editoras, consolidando, assim, um fluxo de produção de materiais didáticos focado para o edital. Como o MPB (2022) sugere, as políticas nacionais evoluíram com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para criar currículos mais coerentes à realidade brasileira, a fim de ensinar em moldes ajustados às vivências do nosso território. Ao longo dos anos, com seu alcance, o Programa começou a receber queixas tanto de professores quanto de responsáveis pela distribuição dos materiais nas Secretarias de Educação. As principais razões para tais queixas foram, e têm sido, a falta de reconhecimento, por parte de estudantes usuários dos materiais, de conteúdos relativos à diversidade e equidade, bem como a falta de textos regionais de cada estado e de flexibilidade de uso em aula (Bacich; Moran, 2017).

Surgem, então, das queixas e da necessidade de recomposição de aprendizagens, os materiais educacionais (didáticos) não convencionais, que consistem em livros, suplementos literários, cartazes, cadernos de atividade, além de outros recursos (utilizados pelos professores e estudantes em sua prática escolar diária) com características paradidáticas específicas oriundas de estudos junto aos responsáveis pela solicitação dessa modalidade de conteúdo às editoras ou de órgãos que prestam serviço de publicação. Esse seria o caso de empresas que atuam de algum modo no setor de Educação, como a Associação Nova Escola, ou de veículos governamentais, como a Secretaria de Educação dos estados (MPB, 2022).

Livros convencionais para professores, por exemplo, têm formato de diagramação² em “U”, com o centro das páginas tendo miniaturas do livro do aluno e as bordas com instruções resumidas aos professores do que deve ser desenvolvido naquela aula. Já em materiais não convencionais, ou regionalizados, a diagramação tem outro formato, e as instruções são muito mais aprofundadas, para que o professor não dependa de outras fontes custosas para sua atuação em sala de aula.

Os materiais educacionais regionalizados, portanto, passam por estruturações diferentes do que se espera contemplar no fluxo de produção editorial tradicional, de acordo com a Associação Nova Escola ([2021]). As Secretarias Estaduais da Educação definem as necessidades pedagógicas que consideram essenciais para a educação, indicam quais são as habilidades curriculares da BNCC priorizadas pelo estado e quais são as habilidades priorizadas em seus próprios currículos, como apresentado pelo MEC (Brasil, 2015). Do ponto de vista da produção editorial, a equipe da Secretaria participa de momentos de validação do conteúdo

¹ Informações sobre o PNLD e outros programas do livro podem ser encontradas no *site* do governo: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>.

² A diagramação de um livro é o processo de organizar visualmente os recursos gráficos daquele conteúdo, elencando uma hierarquia de texto com títulos, explicações, além de posicionar recursos como imagens, espaços de exercícios ou de anotações nas páginas de forma harmoniosa. É realizada por um profissional específico, normalmente um *designer*, de acordo com um projeto gráfico predefinido, contando com o apoio de um editor para garantir o atendimento às especificidades do projeto.

proposto com base em suas necessidades curriculares e na construção estratégica do conteúdo com os responsáveis das empresas que produzem o material, propondo a ordem em que os componentes devem ser abordados e a estrutura física dele. Assim, chegam a um consenso sobre questões variadas acerca de como o conteúdo irá se apresentar quando finalizado. Algumas dessas questões são: a forma do material (física e/ou digital) e se este possuirá outros conteúdos de apoio ou recursos visuais específicos, como jogos de memória, imagens coloridas ou cartazes de temáticas festivas para os corredores das escolas (Filatro; Bileski, 2015).

Após um longo percurso, o conteúdo regionalizado forma um material educacional de apoio às práticas didáticas que abarca, em sua estrutura, textos, imagens e atividades relacionadas ao estado em que será usado. O material regionalizado se diferencia de um material didático padrão tendo em vista que o regionalizado propõe a experiência dos alunos pelo prisma da sua rotina, incluindo conceitos, recursos visuais e localizações que eles reconhecem como suas. O objetivo do material educacional regionalizado é fazer com que estudante e professor se reconheçam naquele conteúdo, o que facilita a dinâmica de ensino-aprendizagem.

Essa representatividade é garantida porque os materiais educacionais regionalizados contam com a riqueza da autoria de professores do estado específico em que os conteúdos produzidos serão utilizados, chamados de professores-autores, incluindo também ilustrações de capa e miolo criadas por pessoas com conhecimento da cultura local. A proposta com essas estratégias é enriquecer o olhar do leitor-estudante/professor para o que acontece em seu território de nascimento/vivência e incentivar a conservação de hábitos culturais, ao mesmo tempo que favorece o processo de ensino-aprendizagem.

Com tais características, o material regionalizado contempla não apenas a frente educacional, mas também um potencial cultural inovador que gera possibilidades de preservação de hábitos e rotinas locais, desde a infância, pelos alunos que venham a utilizá-lo. Esse modelo de material não convencional inspirou a elaboração de materiais regionalizados pela Associação Nova Escola, iniciados em 2020, o que possibilitou a utilização destes em escolas de diversos estados, como São Paulo, Ceará, Piauí e Amapá, entre os anos de 2021 e 2022. A escolha destes estados em especial se deu pela necessidade de que os materiais já houvessem sido utilizados em sala de aula na época de início da pesquisa e pela diferença de cultura local entre os estados do Sudeste e do Norte e Nordeste brasileiros.

Este trabalho, portanto, objetiva:

- a) relacionar a elaboração de materiais regionalizados com o valor imaterial que eles podem apresentar aos seus usuários;
- b) discutir como o conteúdo regionalizado pode apoiar iniciativas não apenas educacionais, mas também culturais em editais e programas de preservação de cultura, oriundas de políticas públicas culturais;
- c) elencar quais seriam as políticas mais indicadas para alocar tal conteúdo.

Em termos metodológicos, para que essa possível relação seja endereçada, será utilizada a abordagem da economia institucional como base para análise da parte econômica das empresas, de modo a entender o quão viável é produzir materiais regionalizados (ou materiais similares) para que possam ser submetidos às políticas públicas. Em seguida, tais políticas serão analisadas em termos de serem resoluções de financiamento válidas ou não para as problemáticas encontradas ao longo da pesquisa – se elas buscam promover a distribuição de conteúdos apenas culturais ou que possam transitar entre duas ou mais frentes, como a educação e a tecnologia.

Como contraponto da análise educacional e cultural presente neste estudo, uma revisão literária focada na economia institucional tornou-se a base para compreender o que acontece em termos econômicos na produção de materiais editoriais regionalizados. Isso serve para

compreender as demandas dessas instituições em solicitar fomento por meio de editais culturais ou educacionais e políticas públicas nessas duas frentes.

Este artigo está estruturado em três capítulos voltados a:

- a) revisão bibliográfica sobre a economia institucional e suas vertentes no mercado editorial;
- b) políticas públicas, o que são e quais poderiam apoiar o material educacional regionalizado;
- c) questionário com criadores e usuários do material para saber o quanto ele pode ser considerado como um conteúdo de cunho cultural.

2 A BASE ECONÔMICA INSTITUCIONAL

A economia institucional é corrente teórica que busca identificar como as instituições promovem mudanças na dinâmica social e moldam o comportamento social com suas atividades (Pereira; Lopes; Conceição, 2022). Pereira, Lopes e Conceição (2022) abordam em profundidade as muitas facetas da economia institucional e como ela se desenvolve de acordo com as mudanças da economia mundial e local. De acordo com eles, as instituições têm o poder de influenciar o desenvolvimento do mercado e, assim, podem decidir, em conjunto com outros poderes (como o governo), como avançar a economia em termos mundiais, nacionais e locais.

Essas decisões giram em torno de alterar a realidade, independentemente de um julgamento de valor sobre o que é positivo ou negativo para a sociedade. O propósito é o desenvolvimento econômico, de tal forma que a sociedade se torne capaz de suprir suas próprias necessidades, bem como se torne capaz de negociar com outras sociedades para importar ou exportar bens, cultura e outros produtos ou experiências que sejam interessantes às sociedades com as quais tem acordos políticos ou econômicos.

Ainda de acordo com Pereira, Lopes e Conceição (2022), o desenvolvimento econômico nacional deve ser visto como um processo dinâmico e que se vincula, sempre, a um contexto histórico e às singularidades das trajetórias econômicas do país em que se encontram. Assim, cada país há de alcançar seus próprios hábitos e não se vincular ou submeter aos padrões encontrados em outros lugares, criando autonomia no que produz internamente e no que oferece para fora de seu próprio território.

Nessa esteira de raciocínio, o contexto histórico brasileiro, em termos educacionais e culturais, apresenta a necessidade de avanço econômico e cultural em determinadas regiões do território, que foram preteridas ao longo da história em suas representações culturais e hábitos, em prol de uma internacionalização dos hábitos de consumo – inclusive em termos literários, com livros internacionais sendo muito mais prestigiados do que produções locais de tanta qualidade quanto as demais. Além disso, há uma marginalização do cerne do que é ser brasileiro – ou nordestino, ou indígena, em especial, quando outras culturas são mais promovidas do que as locais.

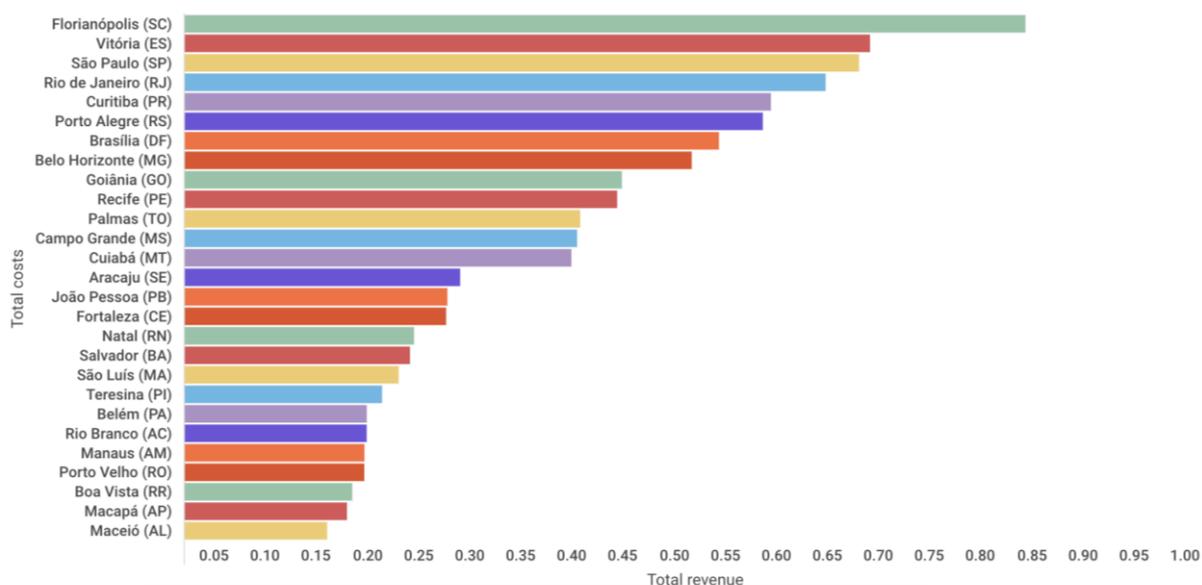
De acordo com o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC), cujo propósito é “[...] mensurar o potencial de desenvolvimento da economia criativa nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio da análise e cruzamento de dados de fontes secundárias” (Figueiredo; Robaina, 2021), é possível identificar um nível baixo de desenvolvimento da economia criativa em estados como o Amapá, o Ceará e o Piauí ao compará-los a outros estados, sobretudo em relação aos estados com maiores movimentações econômicas, como São Paulo ou Rio de Janeiro.

No gráfico 1, vemos quanto há de investimento em iniciativas da economia criativa e quanto têm de retorno sobre esses investimentos nas capitais brasileiras. O índice é avaliado em três frentes, sendo elas:

- a) talento;
- b) atratividade e conexões;
- c) ambiente cultural e empreendedorismo criativo.

Já o cálculo do Índice se baseia em “[...] duas técnicas: a designação de pesos iguais às três dimensões e o estabelecimento de pesos endógenos para cada uma delas” (Figueiredo; Robaina, 2021).

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento do Potencial da Economia Criativa – média simples de investimentos e retornos



Fonte: Figueiredo e Robaina (2021).

No IDPEC, também constam informações a respeito da ambientação cultural e do empreendedorismo na área criativa, com dados relativos às “cinco variáveis: indústrias criativas; salários em setores criativos; patentes; oferta cultural e incentivo público à cultura” (Figueiredo; Robaina, 2021). Quanto a essa ambientação, pode-se notar que, nos estados em que materiais educacionais regionalizados foram distribuídos, há um nível baixo de desenvolvimento da economia criativa. O estado do Amapá, que está em penúltimo lugar na quantidade de indústrias criativas mapeadas pelo índice, exemplifica esse baixo desenvolvimento, podendo se beneficiar de mais ações relativas à cultura em seu território.

Para que haja apoio no desenvolvimento destes estados, muitas vezes instituições precisam intervir no processo de gerar ações impactantes para aquele local. Nesse contexto, vale destacar que, de um lado, instituições atuam não apenas conforme seu modelo formal de produção – com uma única meta de acumular capital –, mas trazem também aspectos informais de seus líderes e de seu corpo de funcionários em suas decisões e, por conseguinte, no modo como produzem e comercializam seus produtos. Essas características informais representam como há influência da sociedade, por meio de seus hábitos e padrões adotados, em decisões empresariais. Assim, o núcleo dos indivíduos dentro das instituições pode contar com um colaborador do Amapá ou da região, que, por sua vez, indique alguma realidade conhecida que poderia ser alterada pela atuação da instituição na qual trabalha.

Na outra ponta, as necessidades da população podem gerar demandas econômicas institucionais, como é o caso da necessidade de recomposição de aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, observada por conta de avaliações de diagnóstico da educação em caráter nacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em caráter internacional, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

também avalia questões como a educação, em que o Brasil se apresentou, nos anos da pandemia e mesmo antes deles, em posições baixas.

Em paralelo, a necessidade de regionalização de materiais educacionais de uso nacional demonstra como o Brasil busca se desvencilhar de uma realidade secular de desvalorização da própria cultura, em prol de fortalecer seus próprios conhecimentos ancestrais e preservar as suas raízes culturais, que não são apenas eurocentradas ou internacionais. É nesse cenário que entra a proposta do material educacional regionalizado, capaz de fortalecer o conhecimento regional e local tanto para estudantes (da rede pública) quanto para os profissionais que utilizam esse material em suas aulas e práticas pedagógicas.

Diferente de sua contrapartida didática padrão, que promove a distribuição de material em nível nacional, sem o cuidado pela identificação regional de cada estado que o recebe, o material educacional regionalizado impacta positivamente a sociedade ao entregar a ela soluções para que o conhecimento daquele local seja presente nas práticas de ensino-aprendizagem.

De acordo com estudos sobre Veblen – considerado o pai da economia institucional e sociólogo, responsável por cunhar a terminologia voltada para os conceitos de consumo e lazer conspícuos e criar as definições da economia institucional originária –, haveria uma lógica instintiva pela qual a sociedade guia sua vontade de evoluir enquanto coletivo:

- a) o instinto do artesanato, que a leva a melhorar a condição tecnológica de suas ferramentas;
- b) o instinto familiar, que a leva a melhorar a condição de si e dos demais ao seu redor;
- c) o instinto da curiosidade, que a leva a tentar explicar o que acontece ao seu redor para os demais (Cavalcante, 2014).

Tais instintos poderiam se concretizar na área educativa, por exemplo, durante a leitura de um professor sobre um conteúdo voltado a capacitar os alunos e impulsionar, assim, a sua vontade de melhorar o autoconhecimento dos estudantes e daqueles ao seu redor, além de explicar a realidade da vida local para si e para os demais. De tal forma, as indústrias criativas, e em especial a indústria editorial, podem obter inspiração para as suas produções ao incluir elementos de autoconhecimento em suas produções. Para a indústria editorial, que busca apoiar a educação e se destacar em seu mercado com diferenciais em seu produto, a inclusão de personalizações, como é o caso da regionalização em seus materiais, é uma estratégia positiva para a economia e para a sociedade. Nesse cenário, compreender o surgimento do material regionalizado via iniciativas educacionais facilita uma conclusão sobre a sua categorização e sua importância para o mercado, sobretudo editorial, cuja evolução demonstra a capacidade de impacto da economia institucional.

Nessa evolução, os conteúdos regionalizados seriam uma forma de consolidar a criação de hábitos relativos ao pensamento da sociedade sobre a sua região, o que possivelmente aumentaria a preocupação geral da população sobre aquele espaço e, em hipótese, geraria maior interesse por preservar e disseminar ou estudar a própria cultura local, além de gerar a segurança de que sua origem tem valor e deve ser respeitada frente a outras culturas. Além disso, reconhecer-se em um material de uso diário promove o interesse continuado por saber mais daquele conteúdo, o que intensifica o interesse pela educação e pelo conhecimento em si. O ideal potencial dos materiais, nesse sentido, seria o de criar uma consciência coletiva a respeito da importância da história e da cultura locais. Portanto, a indústria criativa e a editorial educativa, neste caso, juntam seus interesses e fórmulas de chamar a atenção de seus consumidores e levam adiante a estratégia de consolidar essas duas vertentes do conhecimento, as quais podem dialogar em muitos locais de ensino e de lazer.

Como, então, a economia institucional serve de base reflexiva para as ações das indústrias que não são isoladas em sua atuação ou em suas áreas de conhecimento? Em

indústrias variadas em seu propósito social e econômico, como organizações não governamentais (ONGs), que nem sempre geram retorno monetário imediato às empresas de seu ramo, as instituições buscam o que mantém o seu consumidor com o hábito que eles buscam conquistar (como a busca por conteúdo de qualidade para as práticas pedagógicas) e que gere, com frequência, o interesse em saber mais sobre algo que pode ser consumido por meio dos produtos e materiais gerados por aquela indústria.

Para as indústrias criativas, como é o caso da indústria editorial, essa realidade não é diferente: elas buscam atuar na sociedade promovendo hábitos – no caso, o da leitura – que as mantenham em alta entre seus consumidores, mantendo-se relevantes na sociedade. A indústria criativa editorial também se apoia na sua relevância para criar seus produtos, utilizando uma moeda de troca específica com os seus consumidores: a emoção.

2.1 A ECONOMIA INSTITUCIONAL NAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Parte do valor das indústrias criativas está no que elas promovem no campo do sentimento em seus usuários. Ao ler um livro, assistir a um filme, ver uma peça de teatro, o indivíduo sente e reflete sobre o conteúdo apresentado a ele, e o valor que esse conteúdo apresenta enquanto experiência não se justifica apenas pelo seu custo monetário, mas também pelo seu valor imaterial. O “capital imaterial” ou os “bens culturais imateriais” são definidos, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como aqueles que:

[...] dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (Iphan, [2014]).

Os princípios da economia institucional, de mudança de comportamentos e dinâmicas sociais por meio de suas ações e desenvolvimento de produtos tecnológicos, vinculados ao consumo da sociedade (Pereira; Larruscain; Lopes, 2022), precisam se vincular também àqueles vistos na indústria criativa; sendo assim, há uma necessidade de se precificar a experiência cultural. Dessa forma, para ver peças teatrais, o indivíduo compra ingressos, assim como para assistir a *shows* e festivais. Outrossim, o financiamento dessas experiências também demanda mão de obra que as tornem possíveis de serem realizadas.

A economia institucional, portanto, serve de base para que as instituições tomem suas decisões e estratégias com parceiros para promover o máximo de experiências positivas. Elas podem atrair seus consumidores a vivenciar algo que se assemelha à sua realidade, ou que promova a sensação de justiça e beleza vinculada às realidades do cotidiano em que vivem. Tal estratégia serve para todo tipo de experiência: seja ela de lazer, seja ela educativa, ou um misto de conhecimentos.

Como a economia institucional promove reflexões em prol da mudança de forma contínua, ela se ajusta para afetar a dinâmica social na direção que considera como mais benéfica, fazendo com que os hábitos e os costumes locais evoluam de um modo específico, por exemplo com a indicação de que ler amadurece nossos conhecimentos e que a leitura por lazer é também valiosa para as pessoas; assim, cria-se uma massa de consumidores de livros em temáticas variadas, inclusive a temática da cultura local. Como a busca pelo conhecimento de si e de suas origens é uma nova vertente social impulsionada pelas produções e relatos sociais, antes silenciados, mas agora possibilitados pelo alcance das tecnologias de comunicação, as indústrias apresentam, agora, novas criações que enaltecem não mais o estrangeiro e o internacional, mas o nacional e o local como culturas interessantes e positivas de conhecer.

Atualmente, observam-se mais iniciativas de autoras brasileiras sendo colocadas como destaque em lojas físicas e digitais, como é o caso de Conceição Evaristo, eleita imortal da Academia Mineira de Letras com títulos como *Ponciá Vicêncio* e *Canção para ninar menino grande*. Além de Conceição, temos Carolina Maria de Jesus, com sua literatura potente em *Quarto de Despejo*. Notam-se mais discussões sobre materiais que falem sobre os povos indígenas originários ou os representem de maneira não estereotipada, além de textos que sejam antirracistas e que abordem a pluralidade de vivências brasileiras. Os livros do fotógrafo premiado Sebastião Salgado, por exemplo, que abordam a realidade das comunidades indígenas, além de questões ambientais e sociais, são destaque não só no território brasileiro, mas em premiações internacionais.

Além disso, quando o indivíduo reconhece suas falas, bem como suas realidades locais e de sua cultura, como algo interessante para quem não é local, há movimentações culturais e econômicas para “divulgar” mais algo que é conhecido de maneira localizada, possibilitando aos demais que possam ter interesse o conhecimento dessas especificidades (Pereira; Larruscain; Lopes, 2022). Com o material educacional regionalizado, tanto alunos quanto professores podem fazer uso de seu livro para demonstrar aos demais como são as frutas de sua região em fotografias e ilustrações, podem apresentar como são as danças típicas em atividades coletivas, quais são as atividades de lazer locais, entre outros. Além disso, podem ler e pesquisar sobre textos de autores locais e conhecer cada vez mais a sua própria história e cultura local.

Ainda de acordo com Pereira, Larruscain e Lopes (2022, p. 14), ao analisarem discursos de Veblen, “a forma de produção estabelecida acaba criando novos hábitos a partir da relação entre o processo produtivo estabelecido e o modo de vida prevalente” o que tornaria o desenvolvimento institucional e nacional algo único e vinculado ao momento histórico em que se encontram tais elementos.

É relevante pontuar que o momento histórico atual, de fortalecimento de diversidade racial e de maior disseminação das lutas por direitos, formaliza a necessidade por conteúdos e experiências que reavivem e incentivem a sociedade a conhecer mais suas raízes não europeias, com temáticas e assuntos novos capazes de instigar a melhora de atividades e hábitos econômicos, gastando sua renda para consumir e promover conhecimentos locais e fortalecer a sua identidade perante o mundo.

Como a indústria criativa também se retroalimenta, quando se pensa em produções artísticas para o cinema oriundas de inspirações criativas escritas ou desenhadas, ensinar, desde a educação básica, a sociedade a se alimentar criativamente de seus arredores cria possibilidades de consumo e, posteriormente, de produtos criados por essas novas gerações, as quais escutam, veem e consomem conhecimentos e lazer advindos de suas próprias raízes. Assim, essas novas gerações podem levar tais conhecimentos adiante, para pessoas de outros lugares, com mais naturalidade e mais geração de interesse ou curiosidade para aprofundar conhecimentos sobre aqueles hábitos locais.

Por fim, quando a educação também promove espaço para outras vertentes do ser, como é o caso da cultura e da preservação de conhecimentos ancestrais, ela atinge também vertentes de sua indústria que agem de uma maneira específica em termos de alcance de sua população-alvo. No caso deste artigo, essa população é tanto aquela que ensina – os tutores e professores usuários deste tipo de material educacional regionalizado – quanto aquela que aprende ou se inspira naquele conteúdo – os alunos de Ensino Fundamental I e os leitores de conteúdo para essa amostra da população nacional.

Essa parte da população consome, com frequência maior do que outras porções dela, materiais voltados tanto para a educação quanto para estratégias de apresentar a cultura local, com grande potencial de venda para os próximos participantes da economia ativa.

Esse tipo de material, considerado como didático, ensina sobre os componentes considerados imprescindíveis para que uma pessoa esteja na sociedade em sua completude, conseguindo identificar seus direitos e deveres, não dependendo da boa intenção dos demais para garantir que entenda as suas condições pessoais, de saúde, profissionais e de lazer. Nesse sentido, para leitores jovens e estudantes, a mediação dos professores para elucidar e exemplificar como essas informações se apresentam em sociedade é primordial, já que estudantes das fases iniciais do Ensino Fundamental (em idade esperada) ainda não têm maturidade e consciência desenvolvidas sobre como funcionam os pormenores da sociedade. Essa mediação é primordial porque enraíza o saber sobre hábitos locais e sobre como se posicionar a respeito de injustiças e sobre seus direitos, consistindo em um ato de força social que se apresentará mais fortemente no futuro, na vida adulta e profissional de cada estudante.

Além disso, os professores terem incentivo e chance de promover e mediar o aprendizado de conhecimentos locais é mais benéfico culturalmente à sociedade do que reproduzir conhecimentos eurocentrados ou focados em áreas do território brasileiro que possuem características diferentes daquela em que este aluno está inserido, como muitas vezes acontece com os materiais vindos do PNLD. Sendo um material de caráter nacional, é feito em com características mais voltadas ao sudeste e ao sul brasileiros e, portanto, apresenta hábitos, culinária e atividades de lazer concentradas nessa parte do país.

Ter o conhecimento da educação básica também facilita aos indivíduos buscar os caminhos profissionais que possam lhes interessar: seguir uma carreira acadêmica voltada para consumir, processar e gerar novos conteúdos, ou uma carreira mais técnica, com o propósito de evoluir a tecnologia de certas ferramentas usadas pela sociedade. Ainda há a possibilidade de buscar preservar os conhecimentos locais de sua comunidade, tornando-se cozinheiro, professor, museólogo, entre outros, mantendo-se, assim, a economia local em movimento, em vez de buscar condições ideais em áreas distantes do território brasileiro ou mesmo internacional. A promoção de empregos locais e o interesse de criar empregos locais também fortalecem a cultura e a economia daquele local.

2.2 A ECONOMIA DO MERCADO EDITORIAL

A economia da indústria editorial se expande em diversas áreas de conhecimento – desde livros de negócios até livros de literatura infantojuvenil ou palavras-cruzadas. Sendo assim, há, nessa indústria, a possibilidade de alcançar diversos públicos, o que a torna tão frutífera em termos econômicos, e tão variada em termos de financiamento.

Mesmo com todo o seu potencial de desenvolvimento social por meio do conhecimento, o mundo editorial não é um mundo completamente acessível em termos monetários, já que o custo de um livro simples pode significar, para o consumidor, abrir mão da possibilidade de investir em alimentos, roupas, ou cobrir custos domésticos, como contas de água, luz ou gás; além disso, nem sempre a leitura e o aprendizado via leitura se apresentam como atividades consideradas primordiais, sendo muitas vezes consideradas secundárias ou de lazer. De toda forma, há um valor incontestável na leitura e no que ela promove.

Há um texto de Crossick e Kaszynska (2022) que traz reflexões importantes sobre o valor que a cultura exerce pela experiência que promove, e ambos abordam a literatura como um objeto que “[...] amplia e enriquece o modelo humano, aceitando e permitindo traumas, angústias, inadequações e outras experiências geralmente classificadas como negativas [...]. É um processo de recuperação [...]” (Crossick; Kaszynska, 2022, p. 59). Desta forma, as indústrias criativas lidam com um ativo que tem potenciais variados enquanto produto e, na mesma medida que podem se beneficiar do valor sentimental de suas criações para comercializá-las, precisam monetizar essas criações conforme a realidade econômica.

Em um território vasto como o Brasil, observam-se dados cruciais sobre o mercado do livro para poder analisar seu alcance em termos institucionais e de mudança de hábitos ou giro da economia. O Panorama de Consumo de Livros, feito em 2023, é um estudo de dados sobre a temática da leitura no país, o qual aponta que os compradores de livros, por exemplo, estão concentrados nas regiões sudeste e nordeste do país, com público feminino e de classe C e B (Nielsen Book Data, 2023, p. 13). Ainda, há indicativos de que o hábito da leitura deste público se vincula a um nível educativo acima do Ensino Médio em 91% dos casos (Nielsen Book Data, 2023, p. 14).

Para que seja possível expandir uma rotina de leitura para outras partes do país e melhorar os números já existentes em outras regiões do Brasil, os hábitos gerados e geridos pelo poder institucional na sociedade precisam ser avaliados, analisando o que move os consumidores dessa indústria. Sabe-se que há a leitura pelo lazer, que não precisa estar vinculada em nada aos conteúdos educacionais, não obstante, juntar essas duas frentes (a educacional e a cultural/de lazer) pode trazer retorno significativo em termos de interesse dos consumidores por materiais que servem para aprender, se divertir e conhecer mais sobre a vasta cultura do nosso país.

Ainda recolhendo dados do Panorama de Consumo de Livros, verifica-se que as pessoas que compraram ao menos um livro em 2023 indicaram que gostariam de comprar outros títulos ainda naquele ano e tinham intenção de aumentar a sua carga de leitura – sendo que parte dos respondentes havia dito que tinham comprado entre 1 e 8 livros e outra parte disse ter comprado até 16 livros naquele período (Nielsen Book Data, 2023).

Por outro lado, os respondentes não compradores de livros somam 84% da amostra. Mesmo não tendo o hábito da compra, eles indicaram que o ato de ler é essencial, seja para o lazer, seja para o aprendizado de coisas novas. Indicaram o custo e a falta de locais para compra como impeditivos da criação ou da manutenção do hábito de leitura (Nielsen Book Data, 2023). Nas regiões Norte e Nordeste do país, principalmente, esta última justificativa parece afetar os potenciais compradores.

Esses dados podem, ou ao menos deveriam, impulsionar a busca, por parte da indústria editorial, por alternativas mais viáveis da leitura, como criar promoções, vincular pontos de venda de livros em outros locais que não sejam livrarias (como é o caso de cafeterias, museus, lojas de departamento e afins), além de buscar alternativas de financiamento de seu conteúdo para que ele chegue em outros formatos para os consumidores (como materiais gratuitos em PDF, *e-books* e similares). Tudo isso para que as pessoas possam consumir um bem considerado imaterial, já que demanda delas a experiência da leitura e da reflexão, mesmo em termos educativos e não só de lazer. Nesse sentido, iniciativas públicas podem coexistir nesses espaços, com livretos, livros e atividades relacionadas à cultura local e ao ensino dela para quem tiver interesse. Os conteúdos do material educacional regionalizado poderiam ser curados e selecionados em partes para se apresentarem como veículo de ensino nesses espaços.

Como ligar, portanto, o ato econômico institucional de observar, criar ou mesmo de moldar, comportamentos e hábitos sociais aos hábitos locais existentes, apresentados enquanto bens imateriais? Outrossim, como disseminar a possibilidade de acesso aos bens imateriais para além da região Sudeste nacional – já que no Nordeste ainda há uma dificuldade vinculada ao local de compra?

De certa forma, a própria indústria criativa editorial encontra suas formas de contornar tais dificuldades, e a criação de materiais que sejam híbridos em seus tópicos é uma dessas estratégias, como é o caso de abordar questões culturais em um material educativo. Nesse sentido, o ensino vinculado ao lazer é uma temática encontrada com maior frequência em buscas recentes, com o intuito não só de chamar atenção de possíveis compradores, mas também de ganhar fidelidade no consumo de conteúdo. Em conteúdos didáticos de iniciativas privadas,

principalmente, observam-se soluções digitais, como plataformas de exercícios e de leitura que contam com a gamificação – o uso de elementos lúdicos para impulsionar o interesse do aluno por aquele material –, o que também facilita, em termos didáticos, o entendimento da evolução pelo próprio aluno, já que ele pode acompanhar seu progresso de leitura e de acertos de forma automatizada e imediata.

De todo modo, o governo também tem um espaço a ocupar e um papel a desempenhar nesse âmbito, fomentando o ensino com o viés cultural ligado a ele, visto que isso pode apoiar na melhora de níveis de educação no território nacional e, por conseguinte, facilitar a busca por financiamento e facilidades para expandir e distribuir esse conhecimento adiante na sociedade, sem precisar dedicar todos os fundos de um só espaço das reservas governamentais.

Para tanto, na próxima seção deste artigo, serão apresentados os detalhes culturais do material educacional regionalizado, de modo a entender as facilidades que vincular essas duas frentes pode trazer na criação do interesse pela leitura e pelo conhecimento das culturas locais e no seu fomento.

2.3 DETALHES DO MATERIAL EDUCACIONAL REGIONALIZADO

Em caráter de projeto editorial, o material educacional regionalizado da Associação Nova Escola passa por etapas adicionais às do processo de criação de um livro, funcionando como um tipo de projeto especial dentro da cadeia de edição. As diferenças nesse processo garantem maior qualidade e flexibilidade ao material, que é feito com uma base chamada de “nacional”.

O conteúdo “nacional” é padronizado pelas demandas da BNCC. Em seguida, durante o processo de regionalização, passa a conter características de cada estado a que atende. Desse modo, o projeto passa a ter menos custo geral aos *stakeholders* – uma vez que são alterados trechos e adicionados conteúdos apenas em uma parcela de páginas, o custo do processo de produção diminui.

Como os *stakeholders* possuem controle sobre o quanto do material original querem veicular, considerando que o conteúdo é dividido em seleções de tópicos educacionais, podem solicitar seções exclusivamente com conteúdo regionalizado ou cultural, a depender de sua necessidade.

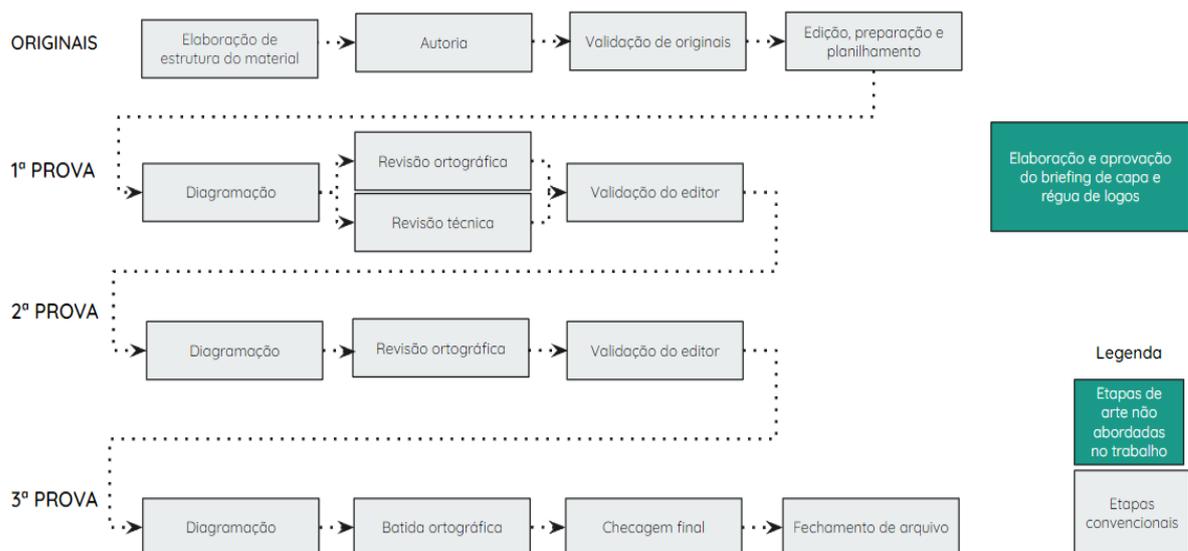
O modelo de cadeia editorial **padrão** tem etapas definidas, algumas que acontecem repetidas vezes até a finalização do material, conforme pode ser visto na Figura 1. Nessa figura, observam-se:

- a) elaboração de estrutura do material (quantidade de páginas, estruturação física, se terá cores ou será preto e branco);
- b) autoria (criação, por parte dos professores-autores, do conteúdo do livro, com base nas habilidades selecionadas do currículo do estado);
- c) preparação de texto (etapa desenvolvida por profissionais do texto que consiste em garantir a coesão entre o que está escrito e as padronizações do projeto do material);
- d) edição de texto (etapa que consiste em ajustes de caráter técnico e ortográfico, além de estrutural, no conteúdo do texto) e planilhamento de informações (chamada de fase de edição de originais – sumarizar fotografias, ilustrações, textos e recursos que precisam ser pagos e autorizados para uso);
- e) diagramações (já explicadas anteriormente), cujo resultado se denomina “provas” (1, 2 e 3);
- f) revisões ortográficas (1, 2 e 3, com foco na coerência e na coesão do material, além de ajustar questões ortográficas e gramaticais, bem como checar questões gráficas,

- como páginas faltantes, cores do projeto gráfico, legendas de fotografias e ilustrações e detalhes visuais gerais);
- g) revisão técnica (ocorre em paralelo à revisão ortográfica 1, com foco na preservação de conteúdos explicados de modo correto e com fácil entendimento);
 - h) validação do editor (que busca sempre analisar e ponderar sobre a pertinência das alterações solicitadas, a fim de preservar o escopo definido do projeto em sua estruturação inicial, bem como não aceitar erros técnicos ou ortográficos que possam ser inseridos nas sugestões de alteração das demais fases);
 - i) batida ortográfica (olhar final para a ortografia e numerações de página e exercícios, detalhes de encaixe do material);
 - j) checagem final e fechamento.

Há fases de Arte que ocorrem em paralelo ao movimento textual: elaboração e aprovação de capa, compra e aprovação de fotografias e de ilustrações do miolo, como é conhecida a parte interna do livro depois das capas, e régua de logos de parceiros do projeto. A Figura 1 apresenta um fluxograma que representa a “esteira” editorial.

Figura 1 – Cadeia editorial padrão



Fonte: Elaborada pela autora com base no processo editorial padrão.

Para exemplificar de maneira simplificada como um material pode ter foco nacionalizado e padrão, um livro do Material Nacional (não-regionalizado) da Associação Nova Escola foi escolhido. Apesar deste material buscar abordar informações de todo o território brasileiro e servir como uma base para a ensino-aprendizagem plural, ele não busca apresentar hábitos locais específicos de nenhuma região do país, e sim padronizar conhecimentos de caráter mais abrangente. Tais exemplos podem ser observados na Figura 2.

Figura 2 – Exemplo de material nacional

LARANJEIRA	BANANEIRA	LARANJA
GOIABA	CADEIRA	MACIEIRA
MAÇÃ	GOIABEIRA	BANANA

A. QUAL É O ASSUNTO DESSA CANÇÃO? _____

B. NO QUADRO, HÁ PALAVRAS QUE COMEÇAM COM O MESMO SOM. PINTÉ-AS DA MESMA COR.

C. QUAL É A RELAÇÃO ENTRE AS PALAVRAS QUE COMEÇAM COM O MESMO SOM? _____

D. SOBROU UMA PALAVRA SEM PAR. QUAL É ESSA PALAVRA? _____

E. POR QUE ELA SOBROU? _____

2. VOCÊ JÁ SABE QUE CADA LINHA DE UM POEMA OU UMA CANÇÃO É CHAMADA DE VERSO E QUE O CONJUNTO DE VERSOS FORMA UMA ESTROFE.

A. VAMOS LER UM TRECHO DA CANÇÃO “POMAR”, DO GRUPO PALAVRA CANTADA.

POMAR

[...]
MAMÃO MAMOEIRO
ABACATE ABACATEIRO
LIMÃO LIMOEIRO
TOMATE TOMATEIRO
CAJU CAJUEIRO
[...]

TATIT, PAULO; DERDYK, EDITH. POMAR. DISPONÍVEL EM: <https://www.youtube.com/watch?v=kfinwr3A9fg>. ACESSO EM: 23 MAIO 2020.

30 2º ANO

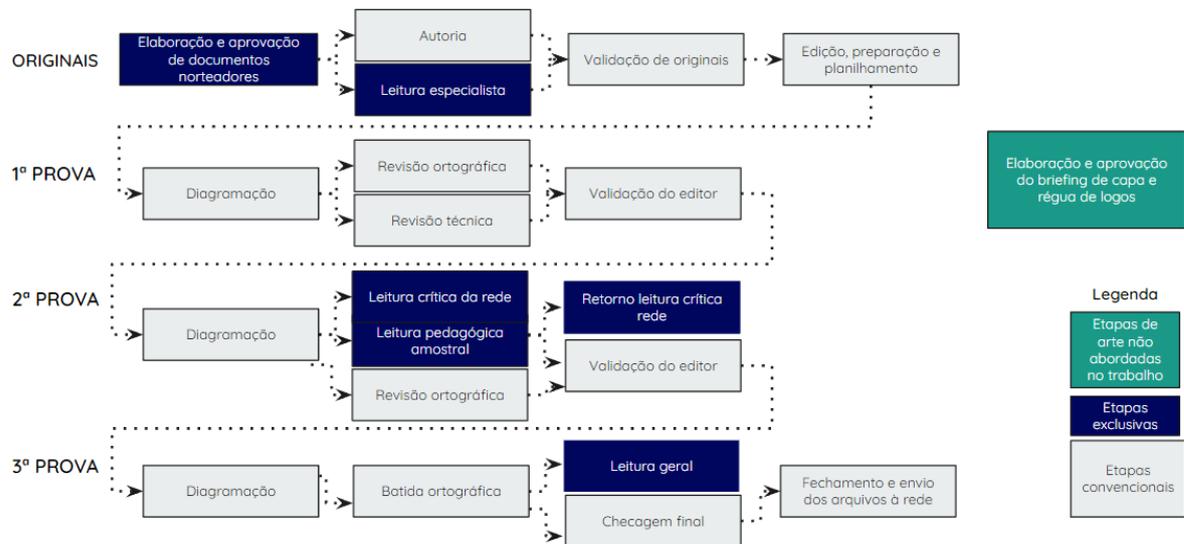
Fonte: Associação Nova Escola (2021).

Nota: Material educacional nacional referente ao caderno do aluno do 2º ano do Ensino Fundamental I.

Vemos frutas mais genéricas, como é o caso da laranja, do mamão e do abacate, presentes em todo o território ou ao menos conhecidos por nomes similares em toda a extensão do território brasileiro. Esta atividade promove o conhecimento da cultura, mas não se aprofunda em nenhuma região específica do Brasil.

Quando se fala em cadeia editorial dos materiais educacionais regionalizados, há pontos de conferência do andamento do projeto e decisões de inclusão ou exclusão de conteúdos regionalizados. Tais detalhamentos exigem etapas exclusivas, que podem ser observadas pelos retângulos azuis da Figura 3.

Figura 3 – Cadeia editorial do material educacional regionalizado



Fonte: elaborada pela autora.

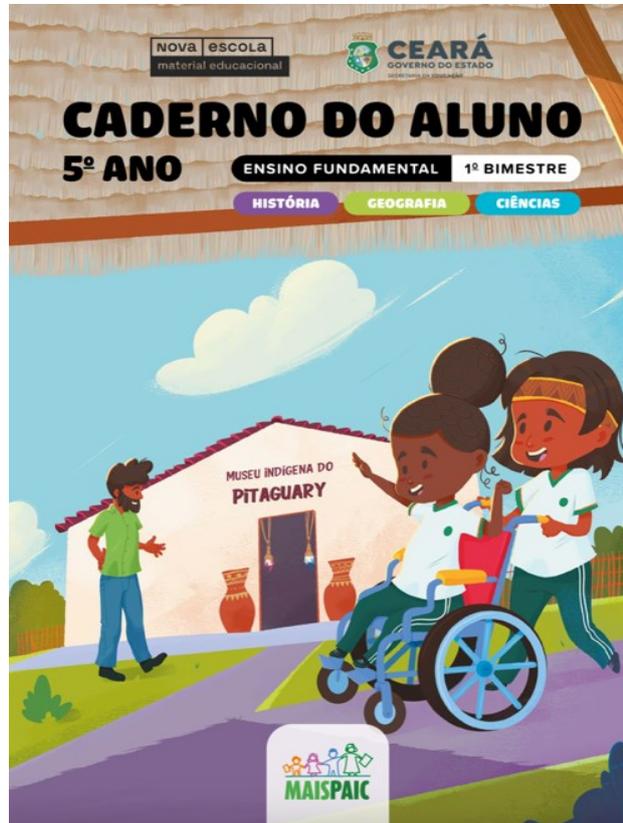
As etapas exclusivas acontecem em paralelo às demais etapas da cadeia editorial padrão, sendo consolidadas sempre no momento de validação de conteúdo pela figura do editor. São elas:

- elaboração e aprovação de documentos norteadores – momento em que o solicitante do material educacional regionalizado, estado e associação responsável pela criação do material decidem qual será a estrutura dos livros/cadernos (número de páginas, capítulos, anexos) e quanto de regionalização ele terá, além de definirem quais habilidades das matrizes curriculares serão contempladas e aprofundadas em cada material, construídas com o detalhamento de cada habilidade e de como ela se encaixa naquele conteúdo;
- leitura de especialista – ocorre em paralelo à autoria, feita por professores-autores da região em que o material será veiculado e, portanto, selecionados de acordo com as suas experiências regionais. O especialista garante a qualidade dos conteúdos regionalizados sugeridos pelos autores e coordena estes em relação a direitos autorais, escolhas de textos e imagens, entre outros;
- leitura crítica da rede – momento em que o estado solicitante e posterior usuário do material educacional regionalizado lê o conteúdo dos livros/cadernos e opina em relação à qualidade das seções regionalizadas, aprovando ou solicitando alterações daquele conteúdo;
- leitura pedagógica amostral – momento em que há uma leitura amostral do conteúdo pelo time pedagógico interno responsável pelo projeto na associação. Aqui, erros de continuidade textual, avaliações de uso de imagens e aderência ao desenho de projeto e documentos norteadores são avaliados;
- retorno da leitura crítica da rede – neste momento, a equipe responsável pelo projeto avalia todas as considerações da leitura da rede e aponta o que é possível de se ajustar ou não, debatendo sempre a viabilidade de alteração em termos de cronograma, de investimento e de aderência ao desenho metodológico do material;
- leitura geral – finalmente, é realizada uma leitura coletiva entre associação, financiadores e estado para garantir a qualidade do material antes de sua finalização.

No que diz respeito aos conteúdos textual e visual do material, as Figuras de 4 a 7 exemplificam atividades com caráter regionalizado, sendo possível observar imagens do miolo

e capas que focam em ambientações regionais dos estados do Piauí, Ceará e Amapá, cujos materiais foram feitos entre 2020 e 2022.

Figura 4 – Capa do Caderno do Aluno do material educacional regionalizado do Ceará



Fonte: Associação Nova Escola (2021).

Nota: Material educacional regionalizado referente ao caderno do aluno do 5º ano do Ensino Fundamental I do estado do Ceará.

A Figura 4 apresenta o Museu Indígena do Pitaguary, ponto turístico e cultural importante na região do Ceará. O propósito da criação de capas regionalizadas é possibilitar aos alunos e professores da região a sensação de reconhecimento frente ao material que usarão, uma realidade nem sempre criada com os materiais de cunho nacional que surgem de editais, como é o caso do PNLD.

Ao notarem que estão diante de um conteúdo que conversa diretamente com eles, é plausível dizer que a importância da cultura local se aprofunda, e não apenas o que vem de “fora” – seja de estados como São Paulo ou Rio de Janeiro, ou mesmo de outros países –, torna-se importante na rotina escolar e pessoal.

Figura 5 – Excerto do conto popular amazônico “O Mapiquari”, adaptado por Minelva Reis



PRATICANDO

Vamos ouvir a leitura de um conto regional em **grupo**. Pode ser um dos textos a seguir ou outro trazido pelo professor.

Quando a leitura terminar, conversem sobre o que gostaram e o que não gostaram do texto e respondam às perguntas do professor.

“

O Mapiquari

Contam os antigos que, há muitos e muitos anos, vive dentro da floresta um bicho gigante e peludo que tem a boca na barriga. Ele é coberto de pelos e usa uma armadura de casco de tartaruga para se proteger. Os pés têm formato de uma mão de pilão.

Quando se movimenta pelas matas, vai emitindo altos gritos, quebrando galhos e derrubando árvores. Deixa um rastro de destruição por onde passa!

Dizem que ele só sai de casa nos dias santos e feriados. Os gritos emitidos por ele são iguais aos que os caçadores usam para se comunicar na floresta.

Essa artimanha é usada para atrair os caçadores, pois, ao responderem aos gritos da mesma forma, indicam sua



11

LÍNGUA PORTUGUESA

Fonte: Associação Nova Escola (2021).

Nota: Material educacional regionalizado referente ao caderno do aluno do 3º ano do Ensino Fundamental I do estado do Amapá, 2º bimestre, página 11.

A Figura 5 demonstra a regionalização do material do Amapá, cuja página de exemplo traz um texto característico da região, o conto do Mapiquari, folclore que retoma a tradição de histórias orais dos povos originários indígenas da região. O material regionalizado se diferencia do material didático padrão na medida em que conta com textos não focados no sudeste brasileiro, e sim na diversidade de povos e nas suas características culturais e originárias. Durante a produção do material educacional regionalizado, focado tanto nos ideais da BNCC quanto nos referenciais curriculares estaduais, o intuito de utilizar textos de origem variada e, se possível, da região em que o material será utilizado, é promover o conhecimento das produções locais e aumentar, assim, o potencial de conservação dos patrimônios locais. Há uma unidade do material focada exclusivamente em contos, e nela muitos contos regionais são abordados para soluções de ensino voltadas à Língua Portuguesa. Nesse ponto, o material transita em dois espaços: o educacional e o cultural.

Figura 6 – Caderno de Matemática do material educacional regionalizado do Piauí

2. PESCARIA NO AÇUDE CALDEIRÃO

1. VAMOS BRINCAR COM OS NÚMEROS?

- ▶ PEGUE UMA FICHA DA CAIXA E FALE O NÚMERO SORTEADO EM VOZ ALTA.
- ▶ AGORA A TURMA VAI SE ORGANIZAR EM FILA, DE ACORDO COM A ORDEM CRESCENTE DOS NÚMEROS DE SUAS FICHAS.
- ▶ REGISTRE OS NÚMEROS NAS LINHAS ABAIXO.

MÃO NA MASSA

A IMAGEM ABAIXO, MOSTRA O AÇUDE CALDEIRÃO, QUE ESTÁ LOCALIZADO NA CIDADE DE PIRIPIRI, QUE FICA NO PIAUÍ.



1. VAMOS FAZER UMA PESCARIA?
ENTRE NA FILA E AGUARDE SUA VEZ DE PESCAR. SEPARE OS PEIXES QUE CONSEGUIR PESCAR PARA DEPOIS DESCOBRIR QUEM PESCOU MAIS.

114 1º ANO

Figura 7 – Caderno de Língua Portuguesa do material educacional regionalizado do Piauí

	J	JACA
	K	KIWI
	L	LARANJA
	M	MARACUJÁ
	P	PEQUI
	U	UMBU

55 LÍNGUA PORTUGUESA

Fonte: Associação Nova Escola (2022).

Nota: Materiais regionalizados do 1º ano do Ensino Fundamental, páginas 114 (açude Caldeirão) e 55 (frutas regionais).

Em exercícios sem foco textual, a regionalização do conteúdo também acontece, como pode ser visto nas Figuras 6 e 7. Nas figuras, tanto o conteúdo de Matemática quanto o de alfabetização são apresentados com características do Piauí. Atividades similares nos materiais de São Paulo, por exemplo, apresentariam imagens do Rio Tietê, ou frutas de terrenos e temperaturas mais frias, como é o caso do morango ou da framboesa, trazida de fora do país. Assim, os alunos internalizam com maior facilidade o conhecimento, dado que observam coisas factíveis a que têm acesso ou reconhecimento sobre.

A produção do material educacional regionalizado da Associação Nova Escola, dentro dos seus detalhes e etapas exclusivas, busca facilitar o seu uso por parte de professores e educadores de frentes variadas. Eles são criados para a iniciativa do Material Educacional Nova Escola (MENE) e são livres de custos de direitos autorais para a sua impressão prolongada, ou seja, as imagens usadas já estão com direitos autorais e de uso pagos e liberados, assim como toda ilustração do projeto já foi comprada com uso livre posterior à primeira impressão.

Textos de terceiros, como são chamados os textos de pessoas que não estão vinculadas ao projeto de forma direta e que necessitam de direitos pagos para serem utilizados por pessoas jurídicas em seus próprios conteúdos, são pagos e controlados de acordo com as impressões estaduais e muitos são cedidos de forma gratuita para o uso, dada a motivação de cunho público do material. O intuito é que esse conteúdo esteja livre para ser utilizado como seus buscantes preferirem, independentemente do contexto educacional ou da necessidade de trazer materiais com menor custo para as suas atividades culturais, de preservação de hábitos locais ou mesmo

de sanar a curiosidade sobre hábitos que não são tão falados no dia a dia ou que não fazem parte de uma rotina modernizada e voltada para o ambiente virtual.

2.4 A CONDIÇÃO CULTURAL DE MATERIAIS EDUCACIONAIS REGIONALIZADOS NO MERCADO EDITORIAL CRIATIVO

Conforme visto neste artigo, os materiais educacionais regionalizados transitam entre as searas educacionais e culturais, e, sob o prisma da economia institucional, entre os bens materiais e imateriais. O material, com menção em especial ao de Língua Portuguesa, busca criar uma identidade regional específica capaz de alcançar cada aluno que o recebe, possibilitando a ele o reconhecimento daquele conteúdo como parte do seu contexto de vida, um contexto representativo.

A contemplação, pelo aluno e também professor, de algo que pertence a ele, em termos de reconhecimento – como frutas, açúcares, contos populares de sua infância e assim por diante –, facilita a conservação daquele bem como algo imaterial – uma rotina, um hábito de se lembrar do folclore local, um apreço pela possibilidade de visitar o museu indígena local e a aceitação de ter em seu próprio país, em sua própria localidade, atividades que se mostrem tão importantes e atrativas quanto as que vêm de fora.

Como neste artigo foi abordado um material com caráter inicial voltado para a educação, é natural que o seu financiamento seja por iniciativas governamentais ou privadas que se interessem, de imediato, nesta característica. Por isso, existe um material educacional denominado “nacional”, a base da qual todos os demais materiais regionalizados surgem. Nele, a maior parte das habilidades da BNCC em termos nacionais é abordada, e é a partir desta grande base que os referenciais curriculares de cada estado ditam quais habilidades novas entram em seu próprio material.

Em termos orçamentários, o projeto considerado nacional já está pago, e cada nova iniciativa investe pelos adicionais de montar seu novo conteúdo com características específicas – quantidade de páginas, cores de projeto gráfico, tipos de texto e de imagem que consideram mais importantes, estruturação e tamanho dos livros (há livros bimestrais, semestrais e anuais, por exemplo, a depender de quantos componentes ou disciplinas estão presentes em um mesmo caderno³).

Portanto, quando se fala em investimento para criação dos materiais educacionais regionalizados, fala-se também de uma parceria em termos decisórios sobre quanto poderá ser investido neste conteúdo e o que será primordial que ele carregue. De tal forma, há certa liberdade em selecionar partes deste conteúdo – seções, unidades, capítulos, enfim – que sejam mais interessantes ao que o investidor de um novo projeto gostaria de receber.

É possível selecionar a unidade de contos regionais e transformá-la em um caderno único de contos de uma região específica e nova, por exemplo. Do mesmo modo, é possível selecionar uma unidade de contos regionais do Amapá, por exemplo, e transformá-la em um caderno de leitura e conhecimento cultural sobre aquela região específica. Há, nestes materiais de Amapá, Piauí, Ceará e São Paulo (e em outros também) uma versatilidade grande de seleção e de curadoria.

Não há garantia de que iniciativas quaisquer se interessem em financiar um material extenso (chegando, em casos, a 288 páginas – ou 18 cadernos de 16 páginas – de tamanho por exemplar) com foco educativo para fins exclusivamente culturais. Contudo, diante da flexibilidade de movimentação do material regionalizado, é possível que intermediários tenham espaço e tempo para gerar uma curadoria enxuta do que poderia facilitar ações culturais em

³ Termo utilizado para diferenciar um livro em sua completude dos blocos de páginas em que ele é montado. Um caderno corresponde às divisões de 4, 8, 16 ou 32 páginas, em geral.

centros comunitários, museus, escolas de leitura, rodas de conversa e muitas outras atividades enriquecedoras para crianças e adultos.

Considerando-se tais possibilidades, pode-se dizer que há como possibilitar a entrada do material educacional regionalizado em editais de fomento cultural e há também como gerar curadorias de como este material poderia ser dividido para tais editais, o que ramifica e facilita a sua aceitação em seleções, tanto em termos monetários quanto em termos de aderência a programas.

Para adequar as realidades do material educacional regionalizado àquelas da cultura, o financiamento via políticas públicas foi a condição pensada como solução – uma vez que o material regionalizado tem caráter também público e de livre acesso, a proposta é que, via políticas públicas culturais, ele possa ser disseminado e mais conhecido pela população.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Políticas públicas são ações governamentais que buscam apoiar a sociedade em que estão inseridas, mudando assim as condições sociais e, também, a economia daquele espaço (Peters, 2015). Elas apoiam diversas frentes sociais, como a saúde e a educação, mas também tomam frente no apoio à cultura, que ocupa um lugar de direito social em território brasileiro. Por meio das políticas públicas, muitos editais e programas nacionais ou regionais são criados, por meio dos quais as propostas de projetos e de mudanças sociais são avaliadas e selecionadas para posteriormente entrar em vigor.

As possíveis mudanças sociais oriundas de políticas públicas não necessariamente beneficiam toda a sociedade, mas servem o propósito de alterar a realidade de certa situação, como a falta de materiais didáticos para uso em escolas. Na realidade nacional, há políticas que abrangem o território do país como um todo e outras que servem a necessidades locais, como é caso, respectivamente, das iniciativas do PNLD, que financiam a impressão e distribuição de livros didáticos em todo o território brasileiro, e as políticas municipais de preservação histórica e promoção de locais de lazer, como é o caso dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ)⁴ em Recife, Pernambuco. Tais centros oferecem atividades gratuitas voltadas ao esporte, à educação e à cultura local.

Apesar de sua função social, nem sempre todas as políticas públicas recebem a mesma atenção da população; ademais, traçá-las é também uma tarefa complexa, dada a quantidade de municípios, estados e estratégias necessárias no contexto de um país extenso como o Brasil. Para tanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fez um levantamento de quantas e quais são as políticas públicas do país, a fim de sistematizá-las e de dar transparência ao uso de tais políticas em âmbito federal. Esse levantamento recebeu o nome de *Catálogo das Políticas Públicas*⁵. Nele, estão inclusas também as políticas públicas culturais, que serão analisadas enquanto possíveis soluções para promover a disseminação dos materiais educacionais regionalizados como materiais de ensino e de preservação e promoção da cultura. No mais, vale dizer que há 37 políticas públicas culturais mapeadas no referido catálogo, surgidas entre 1973 e 2022. Outrossim, houve um salto no número de políticas públicas culturais entre os anos de 2003 e 2018, quando subiram de 15 para 35 (IPEA, 2022).

Para discorrer sobre o financiamento de políticas públicas, é preciso entender os propósitos dessas políticas, seu impacto na sociedade, além da mudança da realidade social ou econômica. De forma direta, Rosa (2021, p. 13) diz que elas “[...] são instrumentos técnico-políticos voltados ao enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação em contrapartida”. Ou seja, os problemas sociais precisam

⁴ Informações sobre os centros podem ser obtidas no *site* do programa: <https://compaz.recife.pe.gov.br/>.

⁵ O catálogo pode ser acessado em sua completude no *site* do IPEA: <https://catalogo.ipea.gov.br/>.

de uma ação de mudança da realidade, o que pode ser possibilitado pela adoção de políticas públicas. Assim, o que já está criado enquanto recurso pode ser levado para lugares que necessitem dele, por exemplo transformar um conteúdo de cunho educacional em uma oportunidade de promover a cultura por meio de textos regionais, e pode ser transformado em novas iniciativas em prol da sociedade.

As políticas públicas culturais voltadas à conservação dos patrimônios, por exemplo, são importantes para possibilitar a expansão e o aumento do alcance de iniciativas que dependem, em outras situações, do investimento governamental exclusivamente educacional, ou mesmo que surjam de iniciativas privadas que tenham atuação localizada, como é o caso do material educacional regionalizado.

3.1 MAPEAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

De modo a traçar quais seriam políticas públicas adequadas para alocação de recursos aos projetos educacionais regionalizados, houve uma iniciativa do IPEA (2022) para fazer um levantamento de políticas públicas voltadas à cultura, o que deu origem ao documento *Perspectivas e Trajetória recente da área da Cultura: Nota temática do catálogo de Políticas Públicas* (Brito, 2023). O levantamento listou 37 políticas ligadas à cultura, disponibilizando-as para leitura e entendimento de seus propósitos e propostas.

O estudo não garante a cobertura total de políticas culturais até a atualidade, mas sugere uma curadoria daquelas que representaram tendências de fomento desde a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985. Segundo Brito (2023, p. 6):

Com a emergência das indústrias culturais, dos processos associados à globalização e das tecnologias digitais, os temas da cultura ganharam significado ampliado como políticas públicas ao se consolidarem como ativos de largo valor no contexto das economias de mercado.

Sendo, portanto, as políticas públicas uma forma de dar vazão às necessidades econômicas do mercado, cinco delas foram escolhidas para este trabalho como adequadas para uma proposta de incentivo à cultura por meio da curadoria, divisão ou seleção de partes específicas do material educacional regionalizado. Os critérios de escolha para elas foram:

- a) citação explícita do incentivo à leitura por meio de materiais físicos ou digitais;
- b) promoção de cultura e de hábitos culturais por intermédio do fomento a projetos variados em formato;
- c) potencialização de movimentos culturais de preservação de bens imateriais.

A partir desses critérios, foram selecionadas as seguintes políticas, dentre programas regionais e nacionais e planos diversos em suas propostas econômicas e sociais. Elas estão descritas em ordem cronológica:

I Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), de 1992, sob o Decreto n° 519 de 13/05/1992, em que se lê:

Art. 2º Constituem objetivos do PROLER: I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; III - criar condições de acesso ao livro (Brasil, 1992).

Os propósitos desse Programa são:

[...] promover políticas públicas de inclusão que garantam o acesso ao livro, à leitura e ao material escrito, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional e

regional de Leitura; articular ações de incentivo à Leitura entre diversos setores da sociedade; [...] Superar deficiências em relação às habilidades de leitura e produção de textos em alunos das redes de ensino; [...] Promover o interesse pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para a formação e fortalecimento da cidadania. (Brasil, 1992).

Nesse contexto, o material educacional regionalizado pode ser adequado para submissão a patrocínio, uma vez que:

- a) garante o acesso à leitura de material escrito;
- b) apoia a superação de dificuldades de aprendizagem relacionadas com a leitura e a produção textual para alunos das redes de ensino;
- c) e, por fim, apoia o fortalecimento da cidadania, tendo em vista o fato de apresentar situações diárias regionalizadas, que trazem o ideal de pertencimento tanto aos leitores/alunos quanto aos instrutores/professores que usam esse conteúdo.

Esse programa busca, com o apoio de comitês conveniados à Biblioteca Nacional, fomentar a leitura. Ele apoia alunos, professores e o público geral, incentivando a leitura também como forma de educação. Nesse sentido, o material educacional regionalizado poderia servir de apoio em estados como os de São Paulo, Piauí, Amapá e Ceará, em outras iniciativas além da exclusivamente educacional, além de poder ser mencionado em outras regiões com culturas similares às dos estados mencionados. Já que o material mescla temáticas educacionais com culturais (como dito por respondentes do questionário, até em frentes como a noção básica do turismo local e na capacitação de tutores), ele poderia ser considerado como material de apoio mediante convênios com a Biblioteca Nacional.

II Programa Cultura Viva, de 2004, sob a Portaria nº 156/2004 e transformada em Política Nacional em 2014 sob a Lei ordinária nº 13.018/2014. Nela se lê:

[...] IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais; V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica; VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação [...]. (Brasil, 2014).

Esse é um dos programas mais distantes da realidade de investimento no mercado editorial, já que foca em especial na promoção de atividades culturais e no incentivo aos costumes culturais de povos variados, como música, danças e afins, mas buscando a prática destes, e não a teorização ou o conhecimento documentado. Para que fosse possível o apoio desse programa ao material educacional regionalizado, a justificativa para o patrocínio teria de ser o potencial do material didático regionalizado no que diz respeito às iniciativas de preservação de hábitos regionais enquanto bens imateriais, criando-se uma coletânea de relatos e instruções das atividades mediadas pelo Cultura Viva. Tal coletânea serviria como formalização das atividades práticas.

Já como programa investidor, suas iniciativas poderiam participar da criação de um conteúdo capaz de reunir, em forma de texto e imagem, uma coletânea das iniciativas de danças e hábitos que ele promove em diversas regiões, apoiando o incentivo à leitura e à educação.

III Plano Nacional de Livro e de Leitura (PNLL), de 2006, sob a Portaria nº 1.442/2006, em que se lê:

Art. 1- Fica instituído o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. (Brasil, 2006).

Esse programa aborda duas vertentes importantes que possibilitam abarcar a produção do material educacional regionalizado, sendo elas: o fortalecimento da cadeia produtiva do livro em formato variado, não exclusivo aos formatos padrões educacionais ou literários; e o desenvolvimento da economia nacional, a partir de seu desenvolvimento local, reforçada pelo apelo cultural das seções regionalizadas do material em questão.

Em outras palavras, o intuito do programa é desenvolver a economia do livro, bem como fomentar a leitura no país. Neste ponto, existe também a chance de usar os materiais didáticos regionalizados como uma via de mão dupla, com forte imbricação: os conteúdos regionalizados podem favorecer a preservação da cultura de locais com pouco investimento geral em cultura (necessitando de proteção de bens imateriais), ao mesmo tempo que fomenta a leitura, justamente por trazer conteúdos representativos do contexto daquele território.

Ademais, enquanto programa de atuação nacional, ele se adequa à possibilidade de investir na impressão dos materiais educacionais regionalizados para que eles possam ser exibidos em bibliotecas regionais e usados para rodas de conversa, leitura coletiva e conhecimento geral sobre rotinas culturais regionais.

IV Programa Mais Cultura, de 2007, sob o Decreto nº 6.226 de 04/10/2007, em que se lê:

Art. 1º Fica instituído o Programa Mais Cultura, com os seguintes objetivos: I - ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural; II - qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e III - gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro. (Brasil, 2007).

Com foco em possibilitar o uso e a experiência dos bens imateriais, o Programa Mais Cultura busca promover o conhecimento de si e dos seus, além da diversidade cultural. Com diversos eixos temáticos para seleção em planos colaborativos de fomento (como produção e difusão de artes e linguagens, arte, comunicação, cultura das mídias e audiovisual etc.), aponta a educação básica como uma de suas possibilidades de financiamento.

Considerando que o material educacional regionalizado se encaixa especificamente na educação básica ao ser prioritariamente feito para o Ensino Fundamental I, ele seria um candidato à inscrição no programa como projeto multidisciplinar, servindo em sua completude como apoio à educação e cultura, para disseminar hábitos locais em estados que participem dessa iniciativa, enquanto promove conhecimentos voltados à alfabetização e recomposição de aprendizagens.

Na busca do programa por impulsionar condições ideais de emprego e renda, os demais produtos gratuitos da própria Associação Nova Escola, como é o caso dos cursos para uso dos materiais educacionais regionalizados, que fortalecem e incentivam a atuação de novos e antigos professores e tutores, aumentando sua possibilidade de evoluir dentro da carreira com pontuações e evoluções internas nos sistemas de serviço público, e as capacitações de docentes para garantir seu conhecimento e bom uso das tecnologias educacionais, e de outras instituições que buscam capacitar professores e professoras em sua jornada educativa, também poderiam ser assinalados como pontos fortes para esta seleção.

V Plano Nacional de Cultura (PNC), de 2010, sob Lei ordinária nº 12. 343/2010 e com validade até dezembro de 2024, em que se lê:

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações; V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal; VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras. (Brasil, 2010).

Talvez o mais vasto dos programas analisados, o Plano Nacional de Cultura conta com frentes diversas para o incentivo às iniciativas culturais. Algumas delas dizem respeito à diversidade cultural, outras à economia e outras ainda à gestão pública. De toda forma, os fomentos voltados ao mercado editorial também são vastos, como é o exemplo do investimento do Ministério da Cultura em editais de formação, livro e leitura⁶.

O plano busca resguardar os bens de natureza material e imaterial e, com o fomento voltado para editais do mercado editorial, poderia ser um aliado do material educacional regionalizado em termos de custear a impressão dele em sua completude ou de partes dele como iniciativas de incentivo à conservação de culturas locais, tendo em vista que os materiais regionalizados trazem a chance de preservação dos bens culturais imateriais, como é o caso das apresentações de danças regionais, as brincadeiras locais de povos indígenas originários, textos regionais e a própria história daquela localização.

Em sua proposta multidirecionada, o plano indica que busca articular políticas tanto culturais como de educação, em conjunto, o que poderia significar mais investimento para as produções de novos materiais educacionais regionalizados, alcançando estados antes não visualizados pelo projeto da Associação Nova Escola em conjunto com outros órgãos, sejam eles públicos, sejam eles privados.

3.2 ANÁLISE GERAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Além dos programas abordados, há também leis, como a de Preservação do Patrimônio Imaterial, as quais não foram escolhidas para análise neste artigo por terem participações voltadas às produções mais artísticas e menos interdisciplinares, sem correlatos com o apelo do material educacional regionalizado em sua essência. Cada política pública escolhida para análise serve ao propósito de ou veicular os materiais educacionais regionalizados a seu próprio modo, seja com a impressão desses materiais, seja com o seu uso em formato digital em rodas de conversa, atividades culturais e em centros comunitários com iniciativas de alfabetização e

⁶ Informações aprofundadas sobre esta iniciativa podem ser encontradas no *site* próprio do Plano Nacional de Cultura: <http://pnc.cultura.gov.br/2023/09/15/ministerio-da-cultura-investe-r-305-milhoes-em-editais-de-incentivo-a-formacao-livro-e-leitura/>.

letramento cultural, ou de propor uma curadoria de uso do conteúdo para iniciativas culturais específicas, como, por exemplo, uma coletânea de contos regionais a ser usado em atividades de leitura.

Elas podem ser adequadas, com seus valores de patrocínio, como apoio para a impressão dos conteúdos completos ou para a curadoria voltada a selecionar exclusivamente as partes culturais desse conteúdo como apoio à leitura. Ainda, podem servir como complemento a outros projetos culturais que já estejam em andamento e possam se beneficiar do material em questão.

Enquanto proposta econômica, a opção das políticas públicas culturais pelos materiais educacionais regionalizados traria um retorno voltado ao empoderamento da cultura e das vivências brasileiras locais. Como há materiais didáticos padronizados para o território brasileiro em abundância, com financiamento via políticas específicas, como é o caso do PNLN, as políticas culturais teriam a chance de investir em materiais que podem servir de apoio didático enquanto promovem também iniciativas de preservação cultural. Ainda há, pela natureza de uso livre dos materiais educacionais regionalizados, a possibilidade de coletâneas e curatorias serem realizadas com partes específicas do conteúdo. Tais escolhas podem gerar economia pela impressão de uma quantidade menor de páginas dedicadas a uma temática exclusiva.

Por fim, para melhor compreender se há consenso entre a atuação das instituições da indústria criativa no quesito de mudança social, econômica e comportamental e o potencial cultural dos materiais educacionais regionalizados citados ao longo deste artigo para que sejam disseminados e selecionados pelos programas de políticas públicas culturais, a próxima seção apresenta os resultados encontrados na aplicação do questionário para produtores dos conteúdos para os materiais educacionais regionalizados, como ilustradores, diagramadores, editores e o time interno da instituição responsável pelo projeto de MENE.

4 QUESTIONÁRIO SOBRE O MATERIAL EDUCACIONAL REGIONALIZADO

Para consolidar os entendimentos dos criadores do material educacional regionalizado sobre as possibilidades de uso do material, bem como para aprofundar a pesquisa sobre a importância de agregar os conceitos educacionais do território nacional à cultura e aos hábitos locais regionalizados, um questionário foi criado, a fim de apoiar a análise final deste artigo. O questionário foi projetado com sete perguntas: três delas em caráter fechado, com respostas de SIM/NÃO ou escolhas predefinidas na autoria do formulário; e quatro perguntas abertas, por meio das quais os respondentes puderam opinar e abordar os temas com maior profundidade, caso quisessem.

O questionário de pesquisa se fez importante porque, mesmo com uma curadoria de possíveis políticas públicas culturais que possam atender ao material educacional regionalizado e usá-lo como um apoio em frentes de ensino sobre a preservação dos patrimônios imateriais culturais, é necessário verificar como os criadores do material regionalizado visualizam essa possibilidade. Afinal, eles podem ser os principais veículos de convencimento e de inspiração para que os conteúdos regionalizados sejam inscritos em editais e em programas de caráter local e nacional. Muito possivelmente, as instituições para as quais trabalham seriam as responsáveis por pensar em uma curadoria dos conteúdos a serem submetidos e por definir como apresentá-los, após entender os valores desses conteúdos em conversas e demonstrações feitas por essas pessoas em questão.

Por fim, o contexto empírico deste trabalho e, portanto, deste questionário, que é o lugar que possibilita observar o fenômeno social em análise (Lima; Rosa; Aguiar, 2022⁷), focou no

⁷ LIMA, Luciana Leite Lima; ROSA, Júlia Gabriele Lima da; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Metodologia de pesquisa:** introdução à pesquisa qualitativa. [Manual da disciplina Metodologia de Pesquisa: Métodos

ambiente de trabalho em que o material educacional regionalizado foi produzido, com apoio da equipe pedagógica da Associação em questão. Tal questionário busca promover também insumos para investigação, em caráter nacional, das políticas públicas às quais o material regionalizado poderia se adequar na busca por fomento ou patrocínio direto pela percepção de seus respondentes.

Em um primeiro momento, os entrevistados foram os participantes da concepção, operacionalização ou criação dos conteúdos educacionais regionalizados entre 2020 e 2022, em diferentes níveis de responsabilidade, atuais ou ex-funcionários da Associação Nova Escola. Eles serão identificados como respondentes da Fase 1. Posteriormente, há a possibilidade de aplicar o questionário da Fase 2 deste formulário aos professores e usuários do material em questão.

4.1 DESCOBERTAS DO QUESTIONÁRIO

O questionário teve como propósito compreender se o conteúdo dos materiais educacionais utilizados em sala de aula tem potencial de preservação de hábitos culturais e quais seriam os detalhes culturais palpáveis dentro desses materiais. Para obter uma resposta sobre esse ponto, os respondentes foram questionados sobre quais outras áreas além da educação acreditam que o material poderia ser usado. Além disso, outras perguntas tiveram como objetivo verificar como seus criadores veem o material regionalizado para além do cotidiano da prática pedagógica.

Ele foi formulado exclusivamente para este trabalho e foi veiculado, enquanto Fase 1, focado em respondentes que tenham trabalhado de alguma forma com o material educacional regionalizado, especialmente os volumes criados entre 2020 e 2022, pela Associação Nova Escola. As perguntas são mistas e se apresentaram, em ordem, desta forma:

- a) Você já teve acesso aos materiais educacionais regionalizados pela Associação Nova Escola?

Respostas: SIM/NÃO.

- b) Você teve acesso a quais materiais educacionais regionalizados?

Respostas: Amapá/Ceará/São Paulo/Piauí/Outros.

- c) Como você teve acesso a esses materiais?

Respostas: Fiz parte do time de Materiais Educacionais da Associação Nova Escola./ Trabalhei neste(s) projeto(s) com o time de Materiais Educacionais da Associação Nova Escola./ Sou professor-autor do material./ Sou professor e lecionei com o material./ Outros.

- d) Você consegue citar exemplos de termos linguísticos, conteúdos visuais ou de hábitos culturais regionais que tenha visto nos materiais educacionais aos quais teve acesso? Se sim, quais?

Pergunta aberta.

- e) Você enxerga outros usos além do educacional para o material em questão? Comente a sua resposta.

Pergunta aberta.

- f) Há outro(s) tipo(s) de conteúdo textual ou visual que você considera importante(s) para o material educacional regionalizado? Se sim, explique o potencial dos itens que citar.

Pergunta aberta.

- g) Você consideraria quais tipos de políticas públicas como potenciais financiadoras do material educacional regionalizado? Comente a sua resposta e, se possível, cite exemplos.

Pergunta aberta.

4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DA FASE 1

A amostra de respondentes para a Fase 1 foi de 7 pessoas – de cerca de 28 funcionários internos em todas as áreas da empresa –, em diferentes níveis de participação no processo de criação do material educacional regionalizado. Algumas dessas pessoas ainda fazem parte da empresa em questão e outras já estão em outras empreitadas profissionais, mas se disponibilizaram para responder ao questionário. Elas foram selecionadas por, dentro da Associação Nova Escola, ocuparem cadeiras que podem influenciar ou liderar o envio dos materiais educacionais regionalizados para editais de políticas públicas culturais, além de poderem fazer reuniões com os responsáveis pela Associação e abordar com eles os potenciais do material.

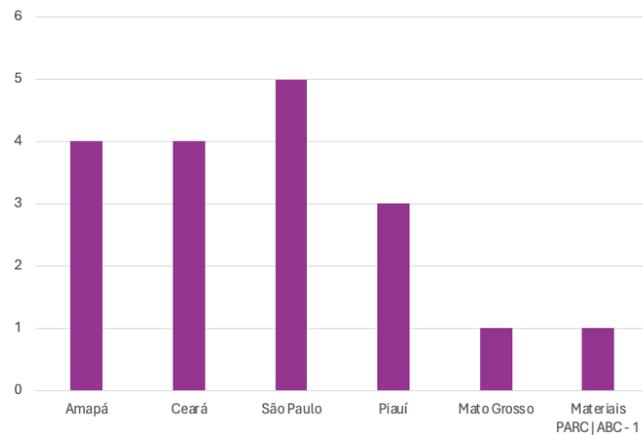
Como os respondentes dessa fase tiveram contato direto com os materiais educacionais regionalizados em suas atuações profissionais, a primeira questão teve 100% de respostas positivas. Mesmo respondentes que não faziam parte do time específico de produção do MENE sabiam da existência desse conteúdo e haviam tido contato com ele de alguma forma, como as respostas às opções de pergunta seguintes sugeriram.

Para a segunda questão, houve mais variedade de respostas, com 83,3% dos respondentes tendo acesso ao material de São Paulo (importante em termos de tamanho e de distribuição, portanto necessitou de mais apoio em sua produção, 66,7% deles tendo acesso aos materiais do Amapá e do Ceará, primeiros a serem criados na iniciativa dos materiais educacionais regionalizados, e 50% tendo acesso ao material do Piauí.

Outras respostas sugeriram os materiais do Mato Grosso e materiais da parceria entre Associação Nova Escola e a Associação Bem Comum (ABC), com o Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC). O material do Mato Grosso não entrou na seleção para este trabalho porque não estava finalizado no início da produção deste artigo, e os materiais da iniciativa da ABC com a PARC apresentam outras características técnicas que não são exatamente coincidentes com aquelas dos materiais educacionais regionalizados mencionados anteriormente.

A amostra para tais respostas, no Gráfico 2, demonstra como o alcance do material de São Paulo foi maior, mesmo dentro de uma equipe que atuou na produção de materiais variados ao longo do período de 2020 a 2022. Este material em específico demandou mais equipe em termos de divulgação e seleção de professores-autores, já que a população neste estado costuma ser mais ativa em editais de autoria e é maior do que a de outros estados.

Gráfico 2 – Distribuição de acessos aos materiais educacionais regionalizados por estado e por quantidade de respondentes

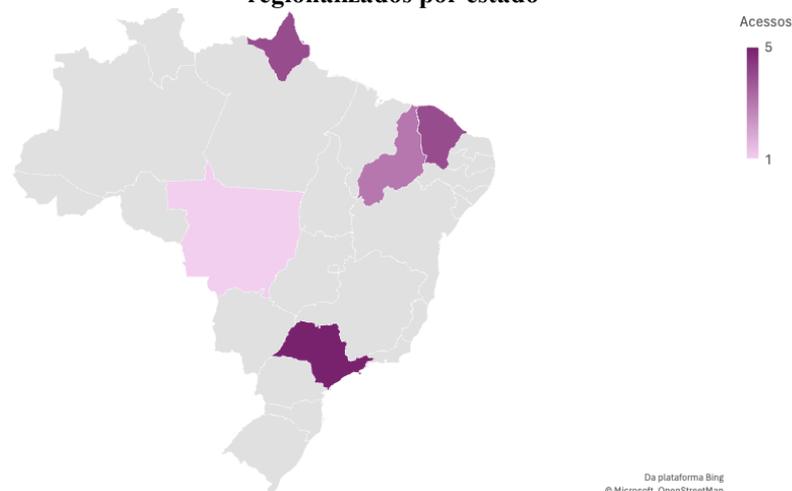


Fonte: elaborado pela autora.

Outros estados, como Amapá e Ceará, foram mais acessados pelos respondentes do que o material do Piauí. Os dois primeiros estados buscaram soluções completas para o Ensino Fundamental I, com materiais de todos os componentes dos Anos Iniciais, contemplando os anos de 1 a 5. Já o Piauí abordou apenas os primeiros dois anos do Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, com os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, considerados os mais urgentes em termos de alfabetização e letramento matemático.

Ainda a respeito da questão dois e pensando em abordagens territoriais que possam precisar mais de políticas públicas e em possíveis soluções para o enriquecimento do país em termos educativos, o Gráfico 3 traz a visualização territorial de quais materiais educacionais regionalizados tiveram mais conhecimento por parte dos respondentes do formulário. Apesar de São Paulo se repetir como estado de maior destaque, em termos de território o Nordeste e o Norte se apresentam como estados também importantes e frequentes nas atuações dos profissionais respondentes.

Gráfico 3 – Distribuição de acessos dos respondentes do questionário aos materiais educacionais regionalizados por estado

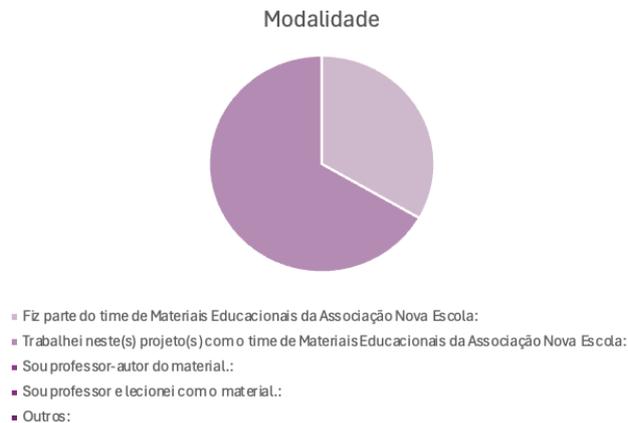


Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira questão recebeu 66,7% de respostas de pessoas que trabalharam de modo indireto com a criação dos materiais educacionais regionalizados (em times como Marketing, Produtos, parcerias e fornecedores de texto ou imagem). Os 33,3% restantes faziam parte do

time exclusivo de MENE, atuando diretamente com o material – avaliando pedagogicamente as produções dos professores-autores, gerindo o time, fazendo as formações dos professores, entre outras funções. É importante abordar essa diferença na atuação para que pessoas de fora do convívio diário com o conteúdo regionalizado também possam tecer suas opiniões e visões sobre como ele pode ser benéfico ou não aos programas culturais.

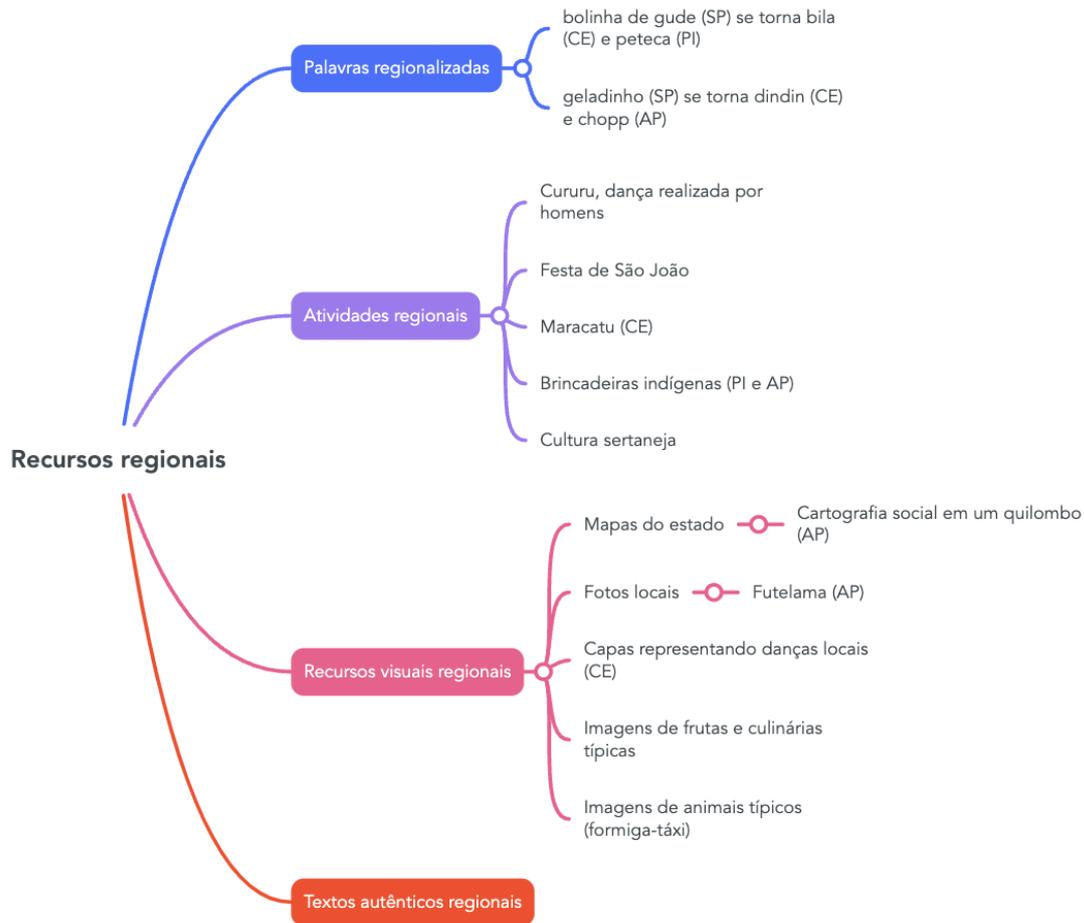
Gráfico 4 – Tipo de atuação frente ao material educacional regionalizado



Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível ver no Gráfico 4, a distribuição de respondentes inclui mais pessoas externas à organização, que não fazem parte do time central conhecido como MENE, o que promove mais diversidade nos entendimentos acerca do material e do seu potencial em termos educacionais e/ou culturais. O gráfico já conta com outras possibilidades de resposta de atuação, além de fazer parte do time interno de MENE ou fazer parte do time externo relacionado ao material, já que a intenção é disseminar o questionário desta pesquisa para outros respondentes em momentos posteriores.

A quarta questão inicia as respostas abertas do formulário. Ela aborda quais termos, hábitos, ou tópicos regionalizados haviam sido encontrados no material aos quais esses respondentes tiveram acesso. As respostas foram variadas em exemplos. Eles foram divididos entre quatro frentes: recursos visuais regionais, palavras regionalizadas, textos autênticos regionais e atividades regionais. O mapa mental da Figura 8 traz essas respostas.

Figura 8 – Menções à regionalização

Fonte: Elaborada pela autora.

As respostas abordam temáticas variadas da regionalização, com diferentes níveis de detalhamento. Para as palavras regionalizadas, as variações para “bola de gude” são diversas e foram mencionadas em cerca de 50% das respostas. Já para as atividades regionais, muitas festividades locais foram mencionadas, além de suas comidas típicas e recursos naturais locais, como frutas típicas e animais. Muitas respostas indicam a lembrança do impacto visual proveniente de ilustrações ou de fotos representando a diversidade racial do país ou atividades de povos indígenas. Os textos regionais foram mencionados em uma das respostas, mas sem detalhamento. No que diz respeito às capas, foram apontadas diversas vezes, sobretudo indicando a capacidade destas para representar danças típicas.

Para a questão cinco, houve menção à leitura dos textos com fruição própria e de lazer. Um dos respondentes abordou a possibilidade de endereçar os materiais educacionais regionalizados para a frente de ensino da preservação do meio ambiente, indo além das frentes culturais e educacionais. Houve, também, menções ao turismo e à apreciação de bens naturais, pelo foco das capas dos livros em áreas de preservação (neste caso específico, falava-se do material do Ceará). Outro respondente mencionou que ações de educação voltadas ao meio ambiente poderiam originar-se a partir da análise de ilustrações com esse mote nos livros, servindo como material de apoio. Apenas o meio ambiente foi citado em mais de uma resposta, sendo as outras variadas em suas temáticas.

Houve também menções ao trabalho dos professores-autores, que poderiam utilizar esse material que criaram como prêmios em bibliotecas, na sala de aula, além de usá-los para

concorrer a processos seletivos de cursos livres ou pós-graduações, complementando seus currículos acadêmicos com publicações.

Algumas respostas focaram no potencial cultural encontrado nos materiais, com respostas com foco na alfabetização regionalizada ou na promoção de conhecimento do estado para o qual aquele livro foi criado, utilizando-se desses conteúdos em ambientes como museus e em formações de agentes culturais.

Na sexta questão, que abordava possíveis melhorias ao material educacional regionalizado, os respondentes focaram em formas de aumentar o alcance do material, com sugestões de atividades de áudio e vídeo mencionadas diretamente no miolo, além de ilustrações que abordassem partes mais distantes dos estados e que pudessem ser curiosas mesmo para os locais. Não houve menção direta de quais tipos de atividades digitais de áudio e vídeo poderiam ser utilizadas em uma empreitada de melhorias, nem exemplos de ilustrações de locais mais distantes. Além disso, nenhuma resposta se repetiu.

Houve uma resposta negativa para possíveis melhorias e outra que mencionava, ou reafirmava, o valor cultural do material ao citar “[...] a variedade de gêneros textuais e a pluralidade de conteúdos visuais” são importantes em materiais educacionais. Apesar de ser uma resposta não diretiva à questão cultural, quando a pluralidade de conteúdos e de gêneros textuais é abordada, também se analisa a variedade de histórias e de panos de fundo contidos naquele conteúdo, promovendo, assim, a diversidade em termos múltiplos – como a diversidade racial e regional para construção de textos como o cordel ou de ilustrações de frutas de estados como o Piauí.

Por fim, a sétima questão trouxe a percepção dos respondentes sobre quais políticas públicas poderiam selecionar os materiais educacionais regionalizados para suas ações sociais. As respostas seguiram três linhas distintas: dois respondentes mencionaram as parcerias público-privadas, sem menção a uma política ou parceria específica; dois respondentes apontaram as políticas voltadas para iniciativas do turismo e do meio ambiente (como educação ambiental); e dois respondentes apontaram as políticas públicas culturais de modo direto.

Além das três vertentes com respostas repetidas, um respondente mencionou apenas as políticas públicas educacionais, e outro respondeu de maneira mais ampla com as suas percepções, sugerindo que o material poderia se beneficiar

[...] principalmente de políticas públicas estaduais em colaboração com os municípios, que são os responsáveis pela alfabetização. Também políticas federais na perspectiva de referenciais modelos e também apoio no cascadeamento da construção personalizada pelos estados. Nas políticas federais, enxergo até a possibilidade de projetos pela lei Rouanet, estimulando a promoção da cultura local. (Entrevistado 5).

Dos sete respondentes, portanto, três apontaram a cultura como possibilidade direta de uso para os materiais educacionais regionalizados, até com menção direta a uma possível patrocinadora do conteúdo regionalizado, a lei Rouanet, sob as diretrizes de Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Outros respondentes, mesmo que de modo indireto, citam a preservação de bens naturais e culturais imateriais, como as áreas do meio ambiente dos estados que foram contemplados pelos projetos da Associação Nova Escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse artigo, foi possível verificar como a economia institucional promove a busca, pelas instituições, de moldar os comportamentos econômicos e a dinâmica social onde estão inseridas. Foi possível notar, também, que a indústria criativa do livro, chamada de indústria editorial, também busca realizar as suas próprias alterações de comportamentos e promover na sociedade o apreço pela leitura e pelo aprender. Essa indústria, como as demais, busca se renovar e aumentar seu nível tecnológico e sua importância na sociedade, atuando em áreas não apenas criativas e do lazer, mas também em iniciativas multidisciplinares, como é o caso da educação e da cultura como um par.

Quando o assunto, portanto, são os materiais educacionais personalizados de acordo com o local em que serão utilizados (regionalizados) – o estado ou a região em que estão inseridos –, foi possível concluir que há um potencial cultural nessa promoção de ensino-aprendizagem possibilitada pelos conteúdos que veiculam. Nos materiais educacionais regionalizados feitos pela Associação Nova Escola ao longo dos anos de 2020 e 2022, isso se destaca pelos recursos visuais utilizados, como ilustrações e fotografias dos estados atendidos pelos materiais, bem como pelos textos regionais e pelas atividades apresentadas. Apesar de sua função principal enquanto material girar em torno da educação, é possível também concluir que tanto ela quanto a cultura andam lado a lado em termos de criação e de propósito: educar um indivíduo também inclui fazer com que ele ative ou passivamente (re)conheça as inspirações e os hábitos locais de onde está inserido, fortalecendo, inclusive, a sua identidade pessoal.

Já em termos de financiamento, notou-se que há espaço dentro das políticas públicas culturais para fomento de iniciativas que vinculem a cultura a outras frentes, principalmente a frente da educação. Portanto, é possível reconhecer que há, nos materiais educacionais regionalizados, o potencial cultural para participação e possível seleção em diversos programas de políticas públicas. A solução mais propícia para que o material regionalizado seja incluído em iniciativas de cunho cultural pode não estar na possibilidade de financiamento completo desses materiais como patrimônio cultural, mas sim no apoio à impressão dele (já completo ou dividido para abordar seções de interesse cultural de algum estado ou iniciativa de um programa nacional, estatal ou municipal).

Assim, a impressão desses materiais em sua completude ou com uma seleção de partes (por exemplo os capítulos relativos aos contos regionais) poderia aproximar mais o material de seu potencial voltado à cultura e disseminá-lo no apoio a iniciativas mais localizadas, promovendo conhecimentos regionais e preservando uma rica cultura de danças, identidade racial, hábitos, culinária, brincadeiras e modos de viver típicos do Brasil. Após a finalização deste artigo, e se houver a possibilidade de expandir esta pesquisa, os próximos passos seriam:

- a) realizar uma segunda leva deste questionário com usuários do material em questão (professores dos estados de São Paulo, Piauí, Ceará e Amapá);
- b) expandir a seleção e a análise de políticas públicas culturais que possam apoiar na disseminação dos materiais educacionais regionalizados;
- c) criar um plano de viabilidade econômico-financeira para essa modalidade de materiais, demonstrando como o custo de regionalizar pode trazer retorno econômico e cultural às empresas interessadas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. **Material nacional**. [2021a]. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/material/NA/fund1/Final_EFAI_NAC_LP_2ANO_CA.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. **Material educacional regionalizado do Ceará**. [2021b]. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/material/CE/EFAI_REG_CE_5ANO_1BI_LA_PF_v3.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. **Material educacional regionalizado do Amapá**. [2021c]. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/material/AP/FUND1/AP_3ANO_2BI_CA_baixa.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- ASSOCIAÇÃO NOVA ESCOLA. **Material educacional regionalizado do Piauí**. [2022]. Disponível em: https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/material/PI/EFAI_REG_PI_1ANO_LA_01ago22.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma Educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Brasília, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 519 de 13 de maio de 1992**. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388051>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.226 de 04 de outubro de 2007**. Institui o Programa Mais Cultura. Brasília, 2007. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/570765>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC [...]. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 20 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Programas do Livro**. Brasília, 1968. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Portaria n. 1442/2006**. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL. Brasília, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/08/2006&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=128>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRITO, A. **Perspectivas e trajetória recente da área da Cultura**: nota temática do catálogo de Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11812/1/TD_2856_web.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista da Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141598481833>. Acesso em: 5 jun. 2023.

CROSSICK, G.; KASZYNSKA, P. Entendendo o valor da arte e da cultura: o indivíduo reflexivo. In: VALIATI, L. (org.). **Economia da Cultura e indústrias criativas**: Fundamentos e evidências. São Paulo: Itaú Cultural: Martins Fontes, 2023. p. 51-87.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Cultura – SECULT. **Economia criativa**. [2024]. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/economiacriativa#:~:text=ENTENDENDO%20A%20ECONOMIA%20CRIATIVA&text=Ou%20seja%2C%20a%20economia%20criativa,no%20conhecimento%20e%20na%20imagina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FIGUEIREDO, J. L. de; ROBAINA, D. T. **Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa** (IDPEC). Rio de Janeiro: ESPM, 2021. Disponível em: <https://indexdaeconomiacriativa.espm.edu.br/indicadores/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FILATRO, A.; BILESKI, S. M. C. **Produção de conteúdos educacionais**. São Paulo: Saraiva Uni, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Catálogo de Políticas Públicas**. 2022. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio Imaterial**, [2014]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MONTFERRE, H. Estudo do Ipea traça panorama de políticas culturais no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13700-estudo-do-ipea-traca-panorama-de-politicas-culturais-no-brasil>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE - MPB. **Políticas alinhadas à BNCC**: dos documentos até a sala de aula. 2022. Disponível em: https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Políticas_Alinhadas_a_BNCC-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

NIELSEN BOOK DATA, Câmara Brasileira do Livro. **Panorama do Consumo de Livros**. 2023. Disponível em PDF: https://cbl.org.br/wp-content/uploads/2024/02/1701890856753Pesquisa20Panorama20do20Consumo20de20Livros_para20publicaC3A7C3A3o_V1.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

PEREIRA, A.; LOPES, H.; CONCEIÇÃO, O. A. **Institucionalismo, desenvolvimentismo e a economia brasileira**. Santa Maria: Editora UFSM, 2022.

PEREIRA, A. J.; LARRUSCAIM, I. M.; LOPES, H. C. Complexidade econômica e instituições: pontos de interseção em uma perspectiva teórico conceitual para a compreensão do desenvolvimento. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 25., 2022, Porto Alegre. **Artigos selecionados** [...]. Porto Alegre: Anpec, 2022. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2022/submissao/files_I/i1-20952587198cc9fd1d4a369e630de5b9.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

PETERS, B. Guy. **Advanced introduction to public policy**. Massachusetts: Edward Elgar, 2015.

ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. de. **Políticas públicas**: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/223410>. Acesso em: 30 maio 2023.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP. **Programa Institucional de Incentivo à Leitura (PROLER)**. 2023. Disponível em: <https://uniarp.edu.br/proler/>. Acesso em: 12 jun. 2023.